

**Fortalecimento da
sociedade civil**
em regiões de extrema pobreza

Publicações Pólis
ISSN - 0104-2335

BARBAN, Vilma (Org.)

Fortalecimento da sociedade civil em regiões de extrema pobreza.
São Paulo, Instituto Pólis, 2003. 100p. (Publicações Pólis, 43)

1. Participação cidadã. 2. Pesquisa-Ação. 3. Pobreza. 4. Periferia Urbana.
5. Poder Local. 6. Organizações Sociais. 7. Políticas Sociais. 8. Indicadores
Sociais. 9. Grajaú. 10. Cidade de São Paulo. 11. Desenvolvimento Local.
I. BARBAN, Vilma. II. Instituto Pólis. III. Action-Aid-Brasil. IV. Título. V. Série.

Fonte: Vocabulário Pólis/CDI

Pólis 43

Organizadora: Vilma Barban

Coordenação editorial: Paula Santoro

Assistente editorial: Iara Rolnik Xavier

Edição de texto: Vanessa Ferrari

Revisão: Fábio Gonçalves

Fotos: Marcelo Zocchio e Vilma Barban

Projeto gráfico: Renato Fabriga

Capa e ilustração: Andrés Sandoval

Fotolitos: À jato

Impressão: Gráfica Peres

Sumário

Apresentação	7
Mapa de localização	9
As associações no distrito	10
O distrito do Grajaú	11
Pesquisa-ação no Grajaú	25
Delimitando o universo da pesquisa	27
Organizações mapeadas	27
As relações com o universo pesquisado	28
As associações comunitárias do Grajaú	31
As associações de bairro	33
As atividades das associações	35
Público das organizações	39
A difícil manutenção	39
Convênios	39
Os convênios de distribuição de alimentos	40
Os problemas das associações	42
A relação entre as associações	43
As relações das associações com o poder público	43
Quanto à situação do distrito	45
As lideranças sociais no distrito do Grajaú	45
Os movimentos sociais no Grajaú	46
Década de 1990: do movimento nas ruas a um período de inflexão	50
As lideranças locais	52
Os presidentes ou responsáveis pelas associações comunitárias	52
Algumas articulações	56
Os movimentos e fóruns	57
As instâncias partidárias	60
Outros pólos de aglutinação e ação	61
As ações da nova gestão	64
O orçamento participativo (OP)	65
As eleições dos conselhos gestores	66
Os programas sociais: Renda Mínima, Bolsa Trabalho e Começar de Novo	67
O Telecentro 2001	67
Programa de instalação de usina de reciclagem de lixo	68
A relação com as lideranças locais	68

As prioridades das associações e a atual gestão	72
Prioridades do distrito	72
Educação	73
Segurança	74
Saúde	75
Moradia	76
Ambiente	78
Finalizando	80
Desdobramentos	87
Bibliografia	89
Bibliografia sobre metodologia	90
Relação das organizações comunitárias	91

Apresentação

A pesquisa intitulada *Fortalecimento da sociedade civil em regiões de extrema pobreza*, realizada entre o segundo semestre de 2001 e o início de 2002, desenvolvida em parceria entre o Instituto Pólis e a Action Aid-Brasil, teve como propósito identificar organizações comunitárias e/ou iniciativas de mobilização popular e suas práticas em prol da defesa de seus direitos e da melhoria da qualidade de vida da comunidade, em um distrito de extrema pobreza da cidade de São Paulo.

A pesquisa é parte de um projeto que tem por objetivo contribuir para uma maior articulação entre as organizações comunitárias e/ou movimentos sociais, fortalecer as iniciativas de elaboração coletiva e articulação das demandas para uma maior autonomia e capacidade propositiva desses movimentos e de suas representações na relação com o poder público. Os resultados desta pesquisa embasaram essa publicação.

Em reuniões com a equipe do Pólis, alimentadas com mapas da pesquisa *Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo* (SPOSATI, 2000), selecionamos o distrito do Grajaú, na Zona Sul de São Paulo, como objeto da pesquisa, pois reunia diversas características percebidas por meio dos índices censitários e de exclusão social necessárias para esta pesquisa. Trata-se de um dos distritos com altas taxas de crescimento populacional, possui urbanização precária e produz impactos socioambientais sobre a área de proteção ambiental em que está inserido. Além de ter um histórico de organização coletiva e mobilização, cujos interesses, por vezes, cruzaram nosso caminho, fortalecendo o laço do Pólis com associações do Grajaú.

A metodologia escolhida para realizar o mapeamento das organizações foi a pesquisa-ação, procedimento que envolveu as lideranças comunitárias na sua construção, ou seja, os agentes observados tiveram papel ativo na condução da pesquisa, tomando decisões e construindo a metodologia. Dessa maneira, foi criada uma relação intensa nas definições e encaminhamentos de todas as ações deste trabalho com as lideranças, como Eduardo Freire, João Neres, José Amaral do Carmo, que atuam em organizações comunitárias e movimentos sociais do distrito, e são co-autores dos conteúdos do relatório e, portanto, desta publicação. Outros líderes, como Marcos José Abreu e Elias Salazar, também colaboraram como pesquisadores nessa empreitada.

Contribuições inestimáveis vieram dos representantes das associações comunitárias e movimentos sociais locais que nos acolheram, promoveram e compareceram às reuniões e debates promovidos no decorrer do trabalho.

Leituras atentas dos relatórios pelos técnicos do Pólis também contribuíram para o encaminhamento, formulações e correções. Nossos agradecimentos se estendem a todos os responsáveis pelas organizações e lideranças dos movimentos sociais que acolheram a pesquisa e dela fazem parte.

Este projeto passou pelas etapas de mapeamento das organizações sociais e suas formas de mobilização e atuação; seminários de devolução dos resultados da pesquisa com essas organizações e, por último, debates sobre as prioridades do distrito, apontadas na pesquisa, assim como as possibilidades de intervenção e formas de mobilização diante dessa realidade.

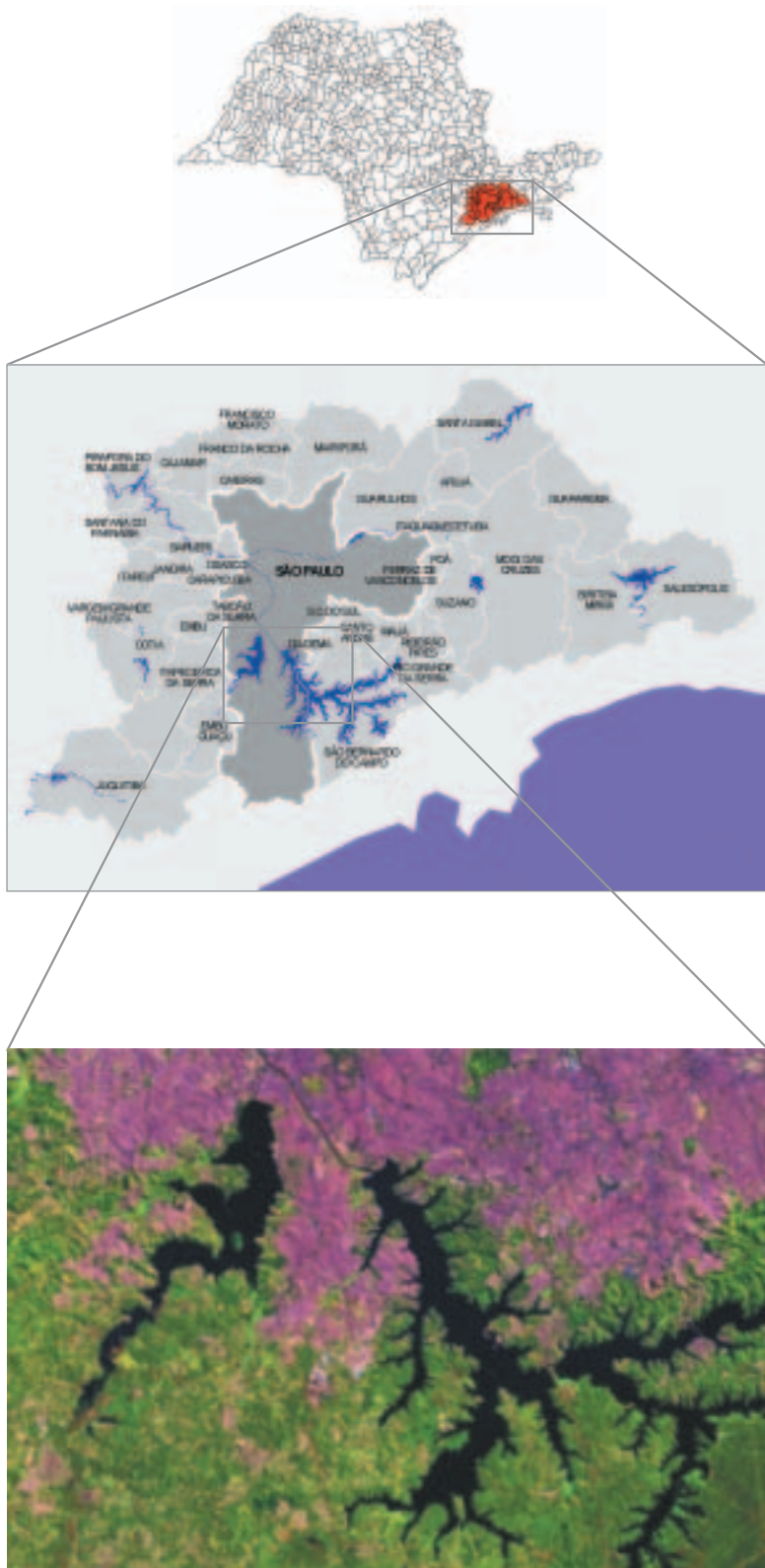
Simultaneamente, as políticas públicas da gestão atual foram observadas considerando a forma de gestão como essencial para o fortalecimento da sociedade civil, reconhecendo espaços de participação efetiva, colaborando com as dificuldades que as lideranças enfrentam ao tentar cumprir com suas tarefas e agendas e divulgando informações para que possam atuar legitimamente nos espaços criados.

A proposta deste trabalho é colaborar com as organizações a fim de identificar e elaborar seus problemas, explicitando seus interesses e contradições em relação a outros. Com esse fim, realizaram-se os seminários para expor os resultados da pesquisa e, assim, primeiramente, promover o encontro de muitas associações que não se conheciam, reuniões com os grupos de jovens organizados e pautar os principais problemas enfrentados no distrito. O resultado da pesquisa mostrou que uma articulação das organizações e lideranças mais atuantes é importante, tanto para aprofundar o conhecimento sobre os diagnósticos das condições existentes no distrito, como para debater as formas mais eficazes de mobilização em prol das demandas da comunidade por melhorias nas condições de vida e acesso aos direitos de cidadania com o propósito de construir e fortalecer os espaços públicos democráticos.

Essa é também a percepção das lideranças locais que sabem que ainda há muito a ser feito e demandam programas de capacitação, até como forma de impulsionar sua articulação e de conseguir formular suas propostas e sua atuação.

A construção de uma participação cidadã tem pela frente ainda um longo caminho, pois depende de como cria sua própria representação de maneira mais organizada e articulada e como se prepara para exercer esse papel de representação, atuando com independência e autonomia diante do Estado.

Mapa de localização estado/msp/grajaú



As associações no distrito



Grajaú

A.R. Capela do Socorro

O distrito do Grajaú

O distrito do Grajaú fica a cerca de 30 km do centro de São Paulo. À medida que se percorre essa distância a cidade vai se deteriorando aos poucos, desde o desenho das habitações e zonas comerciais até o cuidado com as ruas, avenidas e pontos de ônibus, que raramente possuem coberturas e bancos de espera (justamente onde as pessoas aguardam mais tempo pelo coletivo igualmente precário) e nem de longe lembram os pontos modernos e acolhedores da região do Centro e Paulista.

Chegar ao distrito do Grajaú é deparar-se com um "Estado dentro do Estado": nos seus 92 km² vivem pouco mais de 330 mil habitantes (Censo IBGE, 2000). É o distrito de maior população da cidade de São Paulo. Na época da pesquisa, a divisão administrativa não era em subprefeituras como é hoje, e sim em regiões administrativas. O Grajaú compunha a Região Administrativa da Capela do Socorro, com quase 674 mil habitantes, ou 6,47% do município, área que hoje corresponde a duas subprefeituras. Com a votação do projeto de criação de subprefeituras em junho de 2002, foram criadas nesta região duas subprefeituras: a de Socorro, compreendendo os distritos Socorro, Cidade Dutra e Grajaú; e a de Parelheiros que inclui Parelheiros e Marsilac.



Além do Grajaú, esta região possuía os distritos de Socorro, Cidade Dutra, Parelheiros e Marsilac, que juntos, configuram o extremo sul que corresponde a 1/3 da cidade, com uma superfície de 487,8 km² em área de proteção ambiental, por ser uma região rica em mananciais. Nessa área estão parte das represas Guarapiranga e Billings, além de 67% da área rural do Município de São Paulo*. Quase toda a região, cerca de 95% da área, está protegida pela Lei de Proteção dos Mananciais e é em parte coberta pela recém criada Área de Proteção Ambiental (APA) do Capivari-Monos, criada em junho de 2001 e compreende 270 km². Seus mananciais contribuem com cerca de 35% da água potável que abastece o município de São Paulo.

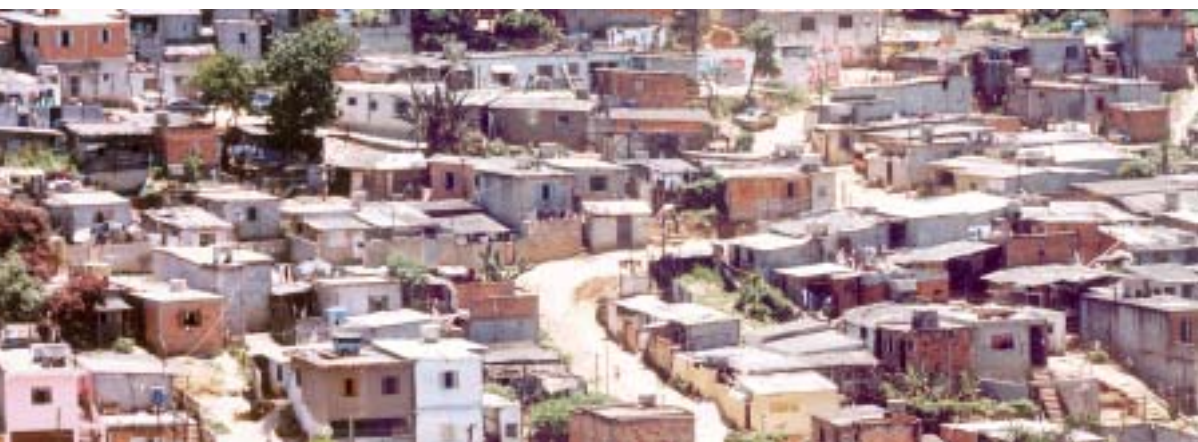
* Para conhecer na íntegra o estudo produzido pelo Núcleo Intersecretarial da Capela do Socorro, acesse www.prefeitura.sp.gov.br





Em levantamento realizado em 2001, a então administração Regional da Capela do Socorro estimou que o distrito do Grajaú tem cerca de 450 bairros, que podem estar subestimados por causa da proliferação das ocupações, sendo uma parte ainda irregular e outra, em áreas de risco. O Grajaú é um distrito de ur-

banização recente e foi um dos que mais cresceu percentualmente nos últimos 10 anos. Possui uma das mais altas porcentagens de crescimento populacional anual, cerca de 5,04%, e é também um dos distritos com maior crescimento populacional na última década em números absolutos, um aumento de 138.217 pessoas, ou 18% do crescimento total do município. Enquanto o este cresceu em torno de 1% ao ano, o Grajaú cresceu quase 6%. No Censo de 2000, foram registrados no distrito 16.517 domicílios em favelas com 59.306 moradores, ou 18% da população do distrito. As taxas de crescimento mostram o movimento produzido pela expulsão da população mais pobre. No último período, verificam-se enormes taxas nos distritos de Parelheiros e Marsilac, relativamente menos habitados do que os que beiram a Serra do Mar.

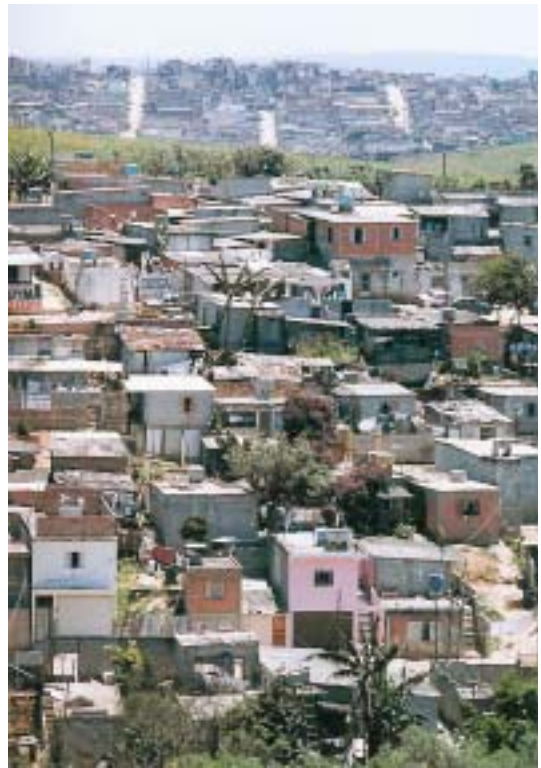


População

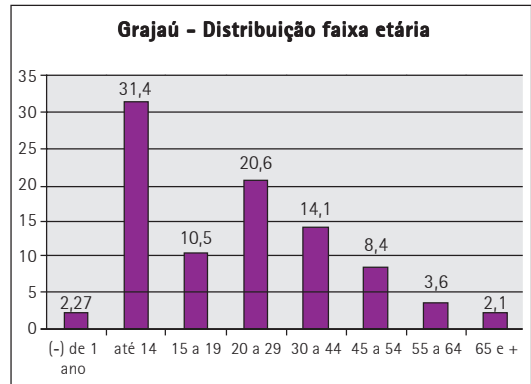
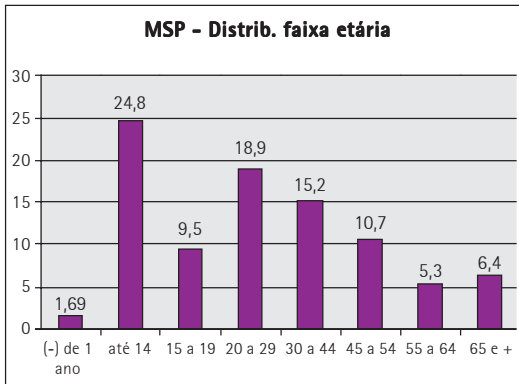
O distrito possui uma área rural considerável, o que reflete nos índices de população rural – cerca de 36.041 pessoas, que correspondem a cerca de 10,81% –, enquanto o município possui apenas 5,95% de população rural (Censo IBGE, 2000).

No distrito, a proporção de mulheres e homens, de cerca de 51,06% e 48,94%, é muito parecida com a do município de São Paulo, que possui aproximadamente 52,34% de mulheres e 47,66% de homens (Censo IBGE, 2000).

A proporção de jovens também é bem superior aos índices do município. No Grajaú, mais da metade da população (52%) possui entre 1 e 29 anos – cerca de 31,4% de sua população encontra-se na faixa de 1 a 14 anos; 20,6% na faixa de 20 a 29 anos e 2,1% com mais de 65 anos –, enquanto em São Paulo, as faixas etárias são mais bem distribuídas e há uma população idosa maior em porcentagem, cerca de 6,4% (ver gráficos abaixo). Esses índices não são surpreendentes, refletem uma tendência presente nos distritos de extrema pobreza pesquisados.



Distribuição por faixa etária do Município de São Paulo e Distrito do Grajaú



Fonte: IBGE, Censo 2000.





A maior parte do distrito está situada em áreas de mananciais, de acordo com a declaração de zona de ocupação restrita, na década de 1970. Essa medida provocou a desvalorização dos terrenos e produziu efeito inverso aos seus objetivos, pois as terras que eram de difícil aproveitamento se transformaram na principal

alternativa de moradia para as camadas mais pobres, um espaço disponível para ocupações a baixo preço, muitas vezes por meio de corretores ou grileiros que vendem a terra para uns, enquanto instigam a invasão por outros, expondo a toda sorte de desmandos uma população desinformada, sem orientação e sem ter para onde ir.

Soma-se a isso, a falta de uma política de habitação e o crescente desemprego que desaloja a população mais pobre que não pode pagar aluguel e desloca-se para as regiões periféricas.

Por ser uma região de manancial, as terras têm pouco valor no mercado formal mas propicia um mercado ilegal e irregular extremamente ativo que ocupa os terrenos de forma predatória, provocando desmatamento da região e poluição das águas que abastecem parte da cidade. Sem saneamento básico, expõe milhares de pessoas vivendo em áreas de risco sem atendimento das necessidades básicas, uma vez que as reivindicações de melhorias esbarram no impedimento legal e dificulta soluções para problemas de eletricidade, água, esgoto, regularização de lotes e criação de creches e escolas municipais.

Enquanto isso, os poderes públicos empurram um para o outro, a responsabilidade de quem toma ou deveria tomar providências. Ancorados na lei, isentam-se de promover melhorias pois, a princípio, não deveriam nem sequer permitir as ocupações.



Essa lógica só se desfaz quando há o interesse de um ou outro político, que permite, como num passe de mágica, a ação de empreiteiras e grileiros, e até instalam ilegalmente algum equipamento, contornando a legislação e causando atrito entre os poderes do Estado e do Município. Segundo a administração, o governo estadual instalou, em época de eleição, encanamento de água e construiu dez escolas em loteamentos irregulares. A atual gestão municipal promoveu até mesmo a transferência de uma escola em área regular, provocando descontentamento da população.

Por último, deve-se considerar a polêmica em curso sobre a construção do tramo sul do Rodoanel Mário Covas, cuja via projeta-se sobre braços da represa, áreas de mananciais, península do Bororé, além da possibilidade de sua conexão com a Avenida Teotônio Vilela que atravessa a região até o circuito do anel viário. Prevê-se que isso acarretaria grande impacto no trânsito e ainda maior degradação ambiental nas áreas de mananciais, provavelmente aumentando os loteamentos irregulares e interligando as periferias de Capela do Socorro e com as das cidades do ABC. Se essa conexão se efetivar será difícil prever o que vai acontecer.



Violência

O quadro de exclusão social colabora com os altos índices de violência: a taxa de homicídios que em 1999 foi de 82,0%, por 100 mil habitantes, em 2000, cresceu para 85,77%, por 100 mil habitantes, a maior taxa entre os 96 distritos do município, com 286 mortes por homicídios. Esses índices demonstram que é o distrito mais violento da capital (Fonte: PRO-AIM/PMSP, 1999 e 2000).



Equipamentos

A região tem apenas um hospital público, construído recentemente pelo governo estadual e administrado por uma universidade privada (Unisa), com 178 leitos que atende toda Capela do Socorro e um Pronto Socorro Municipal.

Impactos socioeconômicos

Na parte norte do distrito tem-se um núcleo mais equipado e as condições de moradia, ruas, acessos e equipamentos vão se deteriorando gradativamente até chegar às margens da represa, onde se acumulam as ocupações desordenadas e em áreas de risco, que atualmente chegam até sobre os entulhos acumulados no meio das águas da represa, em seus inúmeros braços e onde se encontram os bairros que o humor popular nomeia poeticamente de "Cantinho do Céu" (onde residem cerca de 50 mil pessoas e há ausência de tudo), "Gai-votas", "Residencial Tocaia", "Toca do Tatu", "Cantão do Varginha" (estima-se que aí vivem de 5 a 10 mil pessoas), "Alto da Alegria" (área de risco, onde moram seiscentas famílias). Na fala de um dos nossos pesquisadores, é a "Somália brasileira", ou "Haiti é aqui mesmo".





O que foi feito de Vera

Compositor: Milton Nascimento
e Fernando Brant



*Alertem todos alarmas
Que o homem que eu era voltou
A tribo toda reunida
Ração dividida ao sol
De nossa Vera Cruz
Quando o descanso era
luta pelo pão
E aventura sem par*



*Quando o cansaço era rio
E rio qualquer dava pé
E a cabeça rodava
Num gira-girar de amor
E até mesmo a fé
Não era cega nem nada
Era só nuvem no céu e raiz*



*Hoje essa vida só cabe
Na palma da minha paixão
De Vera nunca se acabe
Abelha fazendo o seu mel
No canto que criei
Nem vá dormir como pedra
E esquecer o que foi feito de nós*

Educação

O distrito apresenta 28,6% dos responsáveis pelos domicílios "sem instrução até 3 anos de estudo" e apenas 1,2% "com mais de 15 anos de estudo". A média do município é, respectivamente, de 17,8%, 14,1%. (Veja tabela e mapas detalhados no final do documento.)



Renda

A média mensal de rendimento nominal das pessoas com rendimento no Grajaú é de R\$ 603,00, e a mediana de R\$ 418,00, distante dos valores para o município (respectivamente, R\$ 1.480,00 e R\$ 700,00), e mais ainda de um dos distritos de melhor perfil, o Morumbi (respectivamente R\$ 6.499 e R\$ 4.000).



Habitação

Jorge Kayano, comparando os dados de registro da Prefeitura Municipal, para cobrança do IPTU, com os do Censo, constatou, no distrito:

Número de Imóveis cadastrados pela Prefeitura (IPTU) - 2001:



Pelos dados do Censo do IBGE, de 2000, o Grajaú tinha 333.436 moradores e foram registrados 97.316 domicílios, dos quais 86.402 ocupados, o que marca uma enorme diferença com o quadro de registro municipal.

Onde está a diferença? Ainda que se considere, que segundo o Censo, no Grajaú existem 16.517 domicílios em favelas, com 59.306 moradores (18% da população do distrito) e mesmo que nenhum desses domicílios esteja cadastrado no IPTU, continua uma diferença de mais de 55 mil domicílios!





Pesquisa-ação

Para mapear e entender a região do Grajaú optou-se pela pesquisa-ação que consiste em uma metodologia de interação entre os pesquisadores e as pessoas que fazem parte da "investigação", atuando e colaborando de forma ativa no mapeamento das associações comunitárias locais, nas propostas de encaminhamentos e soluções, no acompanhamento e na avaliação das decisões e ações desencadeadas a partir dos problemas.

A metodologia de pesquisa-ação se inscreve nos debates quanto à relação do pesquisador com o objeto investigado e, nas ciências sociais, na crítica aos métodos puramente quantitativos para a análise da realidade social. Conceitos como pesquisa-participante, pesquisa-ação são debatidos, no país, desde início na década de 1980 nas publicações de autores como Michel Thiollent (1980a, b), Carlos R. Brandão (1984), entre outros.

O objetivo era que o processo ajudasse a entender como as lideranças locais se organizam e se expressam, os trajetos por onde fluem as demandas e negociações e também entender as relações que processam a política pública local.

A pesquisa é completada com outros dados de fontes oficiais e entrevistas. Dessa forma, mais do que ser objeto passivo de pesquisa as pessoas que moram no distrito e atuam de alguma maneira para a melhoria da região tornaram-se pesquisadores e foram imprescindíveis para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho.





Pesquisa-ação no Grajaú

Em meados de 2001 foi iniciado o trabalho de campo por meio de visitas de reconhecimento do distrito sobre as atividades em curso por parte da população e dos órgãos públicos.

A administração municipal iniciou uma intensa agenda de modificações para o social. São exemplos disso a reinserção do município no Sistema Único de Saúde (SUS) e, conseqüentemente, a extinção do Programa de Atendimento à Saúde (PAS), a implementação do Orçamento Participativo (OP); a implantação de Telecentros dirigidos por conselho de gestores bem como a implantação dos programas sociais (Renda Mínima, Começar de Novo, Bolsa Trabalho). Além disso foram criados novos conselhos tutelares da criança e do adolescente e já foi feito um mapeamento dos principais problemas a serem enfrentados na região, dentro de uma lista quase interminável.

Essas iniciativas e as atividades de alguns movimentos mais organizados facilitaram os contatos com as pessoas mais ativas do distrito, possibilitando conhecê-las em atividade. O passo seguinte era formar um grupo de colaboradores (pesquisadores) formado por lideranças locais, para garantir heterogeneidade e para que a pesquisa não fosse vista como aliada de um ou outro grupo, o que poderia limitar o acesso a organizações e líderes comunitários.

Era fundamental captar diversos olhares sobre a realidade do distrito, evitando análises homogêneas que empobreceriam o debate. Dessa forma, tomou-se o cuidado de escolher pessoas residentes de diversos pontos da região que tivessem boa circulação entre as pessoas e organizações.

Após um mês e meio definiu-se um grupo com cinco colaboradores vinculados a organizações da comunidade, movimentos e fóruns e a atividades culturais e ambientais do distrito. Infelizmente, nenhuma mulher permaneceu nesse grupo. Entre as que se interessaram houve incompatibilidade de agenda. Porém, o olhar feminino, assim como o dos jovens e adolescentes, estavam presentes nas reuniões com as entidades e nas muitas pesquisas qualitativas promovidas no decorrer do trabalho.

A metodologia da pesquisa de campo foi detalhadamente discutida. Foram realizadas reuniões semanais para debater as questões encontradas em campo, ampliar o universo de pesquisa com informações das próprias organizações pesquisadas, assim como as ocorrências no distrito. A abordagem e o comportamento durante as entrevistas também foram definidos, pois era importante treinar o pesquisador para definir o seu papel durante as entrevistas, ou seja, ouvir, não se antecipar na explicação dos fatos ou intervir antecipadamente, ou ainda, emitir opinião. Ao longo do processo, intensas discussões de trabalho e troca de informações foram feitas, tendo como resultado imediato o questionamento e a busca por parte dos pesquisadores por informações e documentos que ampliassem a discussão e os preparassem melhor para a realidade pesquisada.

Delimitando o universo da pesquisa

As primeiras organizações mapeadas foram as associações de moradores ou organizações voltadas para os moradores. Optou-se por excluir todos os organismos com caráter comercial ou criados pelo governo, embora algumas das creches, escolas e centros de juventude que entraram na pesquisa tenham convênios com algum órgão governamental.

A fonte principal dos dados foi um levantamento recente promovido por uma das organizações locais, o Centro de Valorização da Leitura (Cevale), associação fundada e dirigida por jovens do distrito que tem como foco principal a divulgação e o estímulo à leitura. Possui uma biblioteca, formada por iniciativa de um trabalho voluntário, que atende às diversas escolas da região. Além disso procura desenvolver outras atividades com os jovens. Em 2000, o Cevale decidiu mapear as organizações do distrito depois de constatar a dispersão e o desconhecimento uma das outras. Um pesquisador do Cevale passou a compor o grupo de colaboradores de nossa pesquisa. Outros dados foram encontrados nos órgãos da administração.

Para ampliar a abrangência do trabalho incluiu-se no questionário da pesquisa um item que indicava a relação entre as organizações, do qual foi possível, a partir daí, buscar organizações que não constavam em nenhuma lista. Entretanto, não se pode afirmar que o universo pesquisado foi de 100% em razão da rapidez com que as organizações se formam e se desfazem em um espaço curto de tempo.

Organizações mapeadas

Na tabulação dos primeiros questionários realizados percebeu-se que o universo de entrevistados era exclusivamente de adultos, embora várias organizações ofereçam atividades para jovens. Decidiu-se então, incluir na pesquisa grupos de atividades culturais, principalmente de música e em particular o hip hop e a capoeira, que foram indicados por pesquisadores e entrevistados. Esses grupos deveriam ter nas suas atividades alguma preocupação social. Sabe-se que tanto o movimento hip hop quanto a capoeira exercem grande influência entre os jovens da periferia e suas

mensagens veiculam bandeiras sociais, questionam a violência e as desigualdades sociais e ainda se conectam com outros movimentos pela cidadania (Novaes, 2002, p. 110-37). Houve, porém, uma preocupação que tais grupos tivessem atividades locais.

Não se tratou, porém, de mapear todas as redes de sociabilidade do distrito onde se articulam e cruzam informações e irradiam alguma influência ou poder. As ações dos grupos religiosos, centros espíritas, terreiros de umbanda ou dos "donos do pedaço" (por algum vínculo mais estreito com algum político, com alguma empreiteira ou com as inevitáveis redes de tráfico de drogas e organizações criminosas) não foram aqui tratadas, embora não se ignore a sua presença.

Procuramos alcançar com a pesquisa as organizações e grupos de jovens ou adultos e suas estratégias e práticas na defesa de direitos e melhorias nas condições de vida no distrito. Ressalte-se, entretanto, que, em se tratando de um distrito com mais de 330 mil habitantes, dificilmente um grupo de pesquisadores poderia dar conta de todas as ações que ali ocorrem.

As relações com o universo pesquisado

Antes de terminar as entrevistas decidiu-se realizar uma reunião com algumas das organizações pesquisadas. Considerou-se mais produtivo fazer a primeira reunião com algumas entidades selecionadas pelo grupo de pesquisadores, com o objetivo de ampliar a discussão da pesquisa-ação, pois as ações dessas organizações eram muitas, bastante heterogêneas e com pouca relação entre si.

O Ceval já havia passado por uma experiência de devolução de resultados para um público muito pequeno e praticamente não obteve retorno. Supôs-se, então, que algumas organizações reconhecidas e mais atuantes no distrito pudessem estimular uma presença maior e discutir as formas de encaminhamento do trabalho.

Como as pesquisas ainda não estavam concluídas, houve resistência por parte de alguns pesquisadores em agendar a reunião, o que foi debatido e finalmente acordado sobre a importância de explicitar as nossas próprias dúvidas em um coletivo maior e poder decidir sobre o encaminhamento. Questões-chave e polêmicas foram levantadas e nortearam o trabalho. Se o objetivo do projeto é o fortalecimento das organizações locais para ampliar conquistas de qualidade de vida e fortalecer o direito do cidadão, que ações devem ser tomadas no dia a dia? O que se entende por fortalecimento das organizações locais?

Em termos gerais, pode-se afirmar que esse fortalecimento pode vir da articulação entre as organizações existentes de olho nas questões do distrito e tendo como pano de fundo a superação das discordâncias de cada organização.

São questões cuja experiência em outros locais podem ajudar a delinear caminhos, porém, não devem ser aplicadas como uma "colagem", pois cada localidade é única e, por isso, deve encontrar soluções próprias.

Das organizações convidadas para a primeira reunião, na União de Moradores Parque Cocaia, catorze pessoas compareceram representando suas associações ou grupos de atividades e três justificaram a ausência. Representantes de grupos de jovens também estiveram presentes.

Os resultados parciais das entrevistas (80%) foram apresentados, com ênfase nos principais problemas do distrito: educação, segurança, saneamento básico, saúde, transporte, arruamento, lazer e cultura.

Os participantes consideraram importante que esses resultados, ao contrário de outras pesquisas anteriormente realizadas, estivessem focados especialmente na educação, cultura e lazer e não na segurança, embora o crescimento da violência seja apontado e reconhecido por todos.

A reflexão sobre a educação e a necessidade de ouvir os jovens foi apontada como fundamental, pois muitos deles relataram que sofriam preconceito e encontravam ambientes hostis, até mesmo nas associações comunitárias, em relação às suas atividades, em particular com o movimento hip hop, que não encontrava apoio para obtenção de espaços públicos para apresentações. O resultado foi um compromisso de abrir espaços que comportem essas atividades.

Outra constatação foi reconhecer que as associações estiveram, no passado, mais fortalecidas e organizadas do que agora, e tamanho era esse descompasso que alguns representantes não se conheciam. O desgaste na última década com as gestões municipais e estaduais foi uma das justificativas. De alguma maneira pairava no ar a pergunta "o que foi feito de nós?". O importante era promover a rearticulação entre organizações e lideranças.

Discutiu-se também a necessidade de abrir as portas para outras entidades de maior e de menor porte, para um trabalho em conjunto, ao mesmo tempo que não se ignorou as dificuldades financeiras para essas ações bem como para as formas de processar essas articulações.

No final do levantamento, o trabalho de campo foi mais difícil, pois das associações faltantes, as indicações eram mais imprecisas, levava para locais mais distantes, ou endereços errados e outras que tinham reduzido totalmente a sua atuação ou mesmo permanecendo apenas com um nome.

Em abril de 2002, a pesquisa e sua tabulação foram finalizadas e outra reunião foi programada. Compareceram catorze pessoas.

Os resultados da pesquisa foram apresentados e colocados em debate. Houve também uma intensa discussão entre a relação do poder público e as organizações e o que fazer para melhorá-la. Surgiram também os problemas de regularização dos lotes (levantamento do Censo *versus* cadastro do IPTU realizado pela prefeitura) e a ilegalidade de quase todas as moradias ante o Plano Diretor da Cidade, que estava prestes a ser votado na Câmara Municipal.

Entre as questões levantadas estava o difícil diálogo das organizações com o poder público que normalmente não comunica as ações que serão implantadas e é pouco aberto a questionamentos e a uma participação efetiva por parte da população. Os moradores pouco sabiam a respeito do Plano Diretor, apesar da inevitável influência que ele teria sobre todo o distrito.

No terceiro encontro, esteve presente a arquiteta e urbanista do Instituto Pólis, Raquel Rolnik, que entre muitas atividades, encabeçou o Estatuto da Cidade e realizou diversas consultorias para a elaboração do Plano Diretor em diferentes cidades brasileiras. Várias associações de bairros compareceram, além do Sr. Álvaro Coelho, representante da administração regional e alguns responsáveis por postos de saúde e coordenadores de escolas. Apesar de a reunião ter sido agendada próxima a um dos jogos da seleção brasileira de futebol, em torno de sessenta pessoas compareceram.

Durante todo o período, as reuniões com os pesquisadores continuaram com a análise da pesquisa e com outros acontecimentos do dia-a-dia. Nos dispusemos a elaborar a continuidade desse trabalho e, para isso, foram realizadas visitas às organizações mais atuantes para uma proposta mais concreta. Foi gratificante perceber que todos começaram a utilizar esses encontros para debater a realidade do distrito. Nos capítulos seguintes segue a descrição do que foi observado.

As associações comunitárias do Grajaú

Na pesquisa de campo foram entrevistadas 68 organizações. Cinco delas não responderam a sucessivos telefonemas e ficaram fora da pesquisa. A lista de todas as organizações entrevistadas encontra-se no Anexo I. Neste universo, encontramos, na grande maioria, as associações de moradores em suas diversas denominações. Algumas delas se formaram a partir de organizações fora do distrito, como as de cunho religioso ou as filantrópicas. Outras, instalaram-se no distrito por iniciativa própria, passando a se relacionar com os moradores, estimulando a organização da associação e em outros casos houve uma aproximação para um trabalho conjunto com uma associação já existente. Normalmente estas associações se instalaram no distrito com o propósito de desenvolver um trabalho para contribuir com melhorias para a qualidade de vida do cidadão e, em geral, não têm qualquer vínculo específico com as organizações governamentais com exceção para os casos de convênios para creches, centros de juventude ou cursos.

Na prática, não se distinguem das associações de bairro embora possuam tipos de caráter diferentes: algumas possuem um cunho mais assistencialista, outras um posicionamento político mais autônomo e crítico e são normalmente mais estruturadas, pois grande parte das creches conveniadas, centros de juventude ou organizações com instalações maiores contam com um quadro de funcionários qualificado e mais desenvolvidos para realizar convênios ou projetos, seja com organizações governamentais ou não.

Do conjunto de organizações identificamos treze que se destacam: Mão Cooperadora, Associação dos Idosos da Zona Sul, Associação dos Sem-Casas da Zona Sul, AMAI (ligada à comunidade Kolping), Ação Social Cantinho do Céu, Ação Social da Criança e do Adolescente, Centro de Promoção Social Caetano Thiene, Centro Comunitário Nossa Senhora de Fátima, Grêmio Recreativo Brigadeiro Faria Lima, Lar Altair Martins, Centro Promoção Social do Bororé, Centro Social Simão dos Moradores do Grande Varginha e Marilda e, por último, o Projeto Anchieta, que é promovido pelo Grupo Itápolis.

O levantamento de campo foi realizado por lideranças locais e coube aos entrevistados responder ou não às perguntas, segundo seus interesses. Assim, tivemos nos resultados algumas questões não respondidas e outras que possivelmente não foram muito bem entendidas pelos entrevistados.

Na tabulação, procuramos trabalhar com os números de respostas e, algumas das porcentagens estão sobre aqueles que responderam efetivamente a questão. Outras questões que previam mais de uma resposta, tiveram as porcentagens calculadas sobre o total das organizações entrevistadas.

As organizações têm, em linhas gerais, as seguintes características:

- a. As associações são, em geral criadas em resposta aos problemas que afetam a comunidade, apresentam uma frequência mensal de mais de 20 mil pessoas e atendem ou beneficiam mais de 10 mil. Costumam trabalhar regularmente cerca de 650 pessoas e duas mil colaboram eventualmente. Neste conjunto de entidades encontramos atividades, características e alinhamentos políticos bastante diversos.
- b. Observa-se a relevância de algumas organizações com uma história de décadas de participação em movimentos da região (por moradia, transporte, saúde, construção de creches, escolas, atendimento diferencial à mulher, implantação de bibliotecas comunitárias, realização de atividades culturais, etc.) que contam com a atuação e colaboração de moradores vinculados, associados ou organizados em torno das questões locais e que, mesmo nesse cenário de isolamento e de dificuldades, continuam investindo na participação e negociação de demandas da comunidade.
- c. Encontram-se ainda, grupos criados e constituídos por jovens com o propósito de promover atividades que se esforçam tanto para abrir espaço às atividades culturais, como para ampliar sua própria formação em diversos sentidos. Esses grupos se preocupam, principalmente, com a quase inexistente oferta de alternativas para os jovens, como vigora nas periferias em geral, seja de formação e de ocupação, de lazer e cultura, e guiam-se em instituir algumas delas. No final da pesquisa, identificamos um grupo de capoeira coordenado por mulheres, tendo como público principal elas mesmas.
- d. No conjunto, as organizações comunitárias locais empreendem uma série de iniciativas sistemáticas (atendimento à comunidade, distribuição de leite e cesta básica, encaminhamento de demandas dos moradores aos organismos governamentais, etc.) e alguns de seus representantes atuam também em atividades coletivas como conselhos e fóruns que ocorrem na região. No entanto, não se articulam entre si na formulação de suas demandas e para uma ação conjunta como interlocutores nas negociações com o poder público.

- e. Apesar da atual dispersão, as reuniões promovidas com as organizações mais atuantes, no desenrolar de nossa pesquisa-ação, indicaram que a proposta de rearticulação corresponde aos seus anseios no aprofundamento das questões sociais e nas políticas públicas e na importância de uma atuação mais propositiva e autônoma.
- f. O resultado da pesquisa indicou os principais problemas que as organizações percebem no distrito: educação (em seus diversos graus), cultura, violência e segurança, equipamentos sociais básicos (saneamento, asfalto, arruamento, iluminação, limpeza de córregos, etc.), saúde, regularização dos títulos dos terrenos (área de mananciais), emprego, etc.
- g. Articulações no distrito ocorrem em torno dos conselhos gestores de políticas públicas, fóruns e movimentos (como os conselhos de saúde, fóruns da criança e do adolescente, da cultura), além dos movimentos de moradia e de transportes que retomaram suas reuniões em 2002. Elas reúnem grande parte da liderança local não necessariamente envolvida nas associações de moradores, embora uma parte dos responsáveis destas últimas ali atuem, e alguns deles, desde a sua criação. Os recém-criados conselhos de Orçamento Participativo e do Telecentro (instalado no distrito no segundo semestre de 2001) têm apresentado um fraco envolvimento da população na região, seja pela pouca divulgação, seja pelo pouco empenho na continuidade política das ações desses conselhos durante o ano. A participação nos fóruns, conselhos e movimentos oscila bastante com momentos de maior atividade e outros de esvaziamento. Obedecem a lógica segmentária dos setores públicos em que cada fórum, conselho ou momento se organiza setorialmente, ainda que muitas vezes a mesma pessoa participe de vários deles.

As associações de bairro

Associações Comunitárias, Sociedades Amigos do Bairro (SABs), União de Moradores, Sociedade Comunitária entre outras, são as nomenclaturas das associações que reúnem e representam os moradores de um bairro.

Tradicionalmente, são criadas por algum morador mais ativo ou pela reunião de alguns moradores de uma localidade, para reivindicar aos poderes públicos a solução dos problemas identificados no seu bairro, com relação aos equipamentos sociais e serviços públicos de atendimento às famílias. São particularmente ativas nas periferias, em locais de recente ocupação - particularmente as ocupações não-planejadas, ou irregulares, como é o caso da quase totalidade das habitações no Grajaú, por ser definido como área de mananciais.

Na pesquisa de campo com essas organizações observa-se que 45,3% delas iniciaram suas atividades há mais de dez anos, das quais 29,5% (ou dezenove entidades) existem a mais de 15 anos, e 31,2% foram criadas nos últimos cinco anos, sendo 7,8% (cinco organizações) criadas em 2001.

Algumas das mais antigas representaram um suporte e foram criadas a partir dos movimentos reivindicativos das décadas de 1970 e 1980 em suas lutas para conquista no abastecimento de água, de transporte, de regularização dos terrenos e das habitações, bem como na articulação do movimento contra a carestia em toda região Sul do município.

Sendo essa uma área de intensa ocupação, nas últimas décadas novas associações surgiram e surgem constantemente nas áreas recém-ocupadas, onde inexistem qualquer equipamento social instalado.

Entre as associações, 83,6% possui registro no CNPJ que é a condição de sua legalidade e as habilita para realização de convênios ou para concorrer a projetos que propiciem a realização de suas atividades.

Observa-se que há uma disparidade grande entre elas no que diz respeito à disponibilidade de espaços e equipamentos. Do total das organizações, 32 têm sede própria.

O fato de algumas possuírem um local específico decorre de certos acordos que a entidade promoveu com algum órgão público (municipal ou estadual) em períodos distintos de gestão ou, algumas vezes, os espaços são conseguidos por intermediação com os empreiteiros que promoveram o loteamento do bairro e negociam a cessão de espaço (terreno), havendo alguns casos de colaboração (financeira ou em materiais) para a construção das dependências da associação. Sendo assim, 25 delas dispõem de um espaço com mais de uma sala ou mesmo de salões amplos; dez dispõem de salas de aulas e têm os equipamentos de creche e sete tem cozinha relativamente equipada. Encontramos também seis bibliotecas, das quais quatro são comunitárias, geralmente constituídas em recorrência das escolas locais, dado que há apenas uma biblioteca pública no distrito vizinho, bastante distante.

Por outro lado, treze das associações indicam que não dispõem de qualquer instalação para seu funcionamento e onze delas contam com apenas uma salinha, ancorando-se, algumas vezes, na casa do presidente ou de algum diretor, ou ainda, em uma garagem cedida por morador.

Outro dado que demarca uma diferenciação entre elas é o número de pessoas que trabalham nas organizações. Constatamos que, no conjunto das organizações comunitárias trabalham 658 pessoas em caráter permanente e 1.334 trabalhando eventualmente.

Tipo de trabalho	nº pessoas/mês
Constante	658
Eventual	1.334
Total	1.992

Entre as organizações que indicaram ter pessoas trabalhando permanentemente temos uma delas com 120 pessoas (Circo Escola/Comunidade 7 de Setembro), uma com cinquenta pessoas (Centro de Promoção Social Bororê), oito entidades com vinte a trinta pessoas, doze possuindo entre dez e dezenove pessoas, oito entre seis e nove e 25 com uma a cinco pessoas trabalhando (geralmente a diretoria) e destas últimas, três responderam ter apenas uma pessoa trabalhando.

O fato de ter pessoas trabalhando constantemente na organização não implica necessariamente que este trabalho seja remunerado. Consta-se que grande parte dos presidentes ou responsáveis pelas associações tem um outro trabalho para prover sua própria subsistência, retirando das horas de seu descanso o tempo de dedicação às atividades associativas.

Estima-se que, mensalmente, a freqüência é de 23.600 pessoas freqüentando as associações e somam-se 14.693 pessoas atendidas ou beneficiadas por suas atividades. Observe-se que esse número não é muito preciso, e é possível que haja recontagem em alguns casos e, provavelmente, se pode falar em mais de 10 mil pessoas atendidas ou beneficiadas. Nesse caso, considera-se as famílias que recebem alimentos dos programas governamentais.

Freqüência e atendimento nas associações

	Nº pessoas/mês
Quantas pessoas freqüentam	23.600
Quanto são atendidos/ beneficiados	14.693

As atividades das associações

Em nosso questionário constam perguntas sobre as atividades das associações, sendo indicadas separadamente as que são continuadas e as eventuais.

Ao computar as respostas, porém, observamos que essa distinção pode não ter sido bem compreendida visto que restaram muitas dúvidas sobre a pauta dos eventos considerados continuados ou eventuais e, em particular, qual a periodicidade que consideraram para essas respostas. Houve, por exemplo, respostas de organizações que relataram a ocorrência de reuniões como atividades continuadas, provavelmente partindo do pressuposto que são realizadas todos os meses. O mesmo ocorre com cursos profissionalizantes que dependem de projetos ou acordos com os promotores e sabe-se, a princípio, que a maioria deles acontece ocasionalmente ou por tempo limitado.

Dessa forma, consideramos mais pertinente a apresentação agregada das pautas de atividades promovidas pelas organizações, mostrando a

tabela separada no anexo. Evidentemente algumas dessas atividades, por seu próprio caráter, são continuadas como as creches, bibliotecas comunitárias, atividades escolares (alfabetização), atendimento infantil e escolas de futebol.

Nas demais atividades, a sua constância, periódica ou não, depende bastante do empenho da direção da associação. No quadro abaixo, apresentamos a listagem de atividades, alertando que há sobreposição, pois cada organização relatou todas as suas atividades e as porcentagens foram calculadas sobre o número de entrevistas.

Atividades desenvolvidas	nº de org.	% sobre o total das org.
Atividades culturais	27	39,7
Atividades esportivas	15	22,1
Festas/bailes	14	20,6
Reuniões	13	19,1
Cursos	12	17,6
Alfabetização de adultos	11	16,2
Creche	8	11,8
Palestras	8	11,8
Capoeira	7	10,3
Cursos profissionalizantes	6	8,8
Biblioteca comunitária	6	8,8
Shows	5	7,4
Educação ambiental	4	5,9
Bazar	4	5,9
Bingo	3	4,4
EAJ/ECJ	2	2,9
Ecotrilha	2	2,9
Pré-escola e escola de música	2	2,9
Cursos de reciclagem	2	2,9
Cursos de rádio	2	2,9
Alfabetização infantil	2	2,9
Arte e educação	1	1,5
Agência de emprego	2	2,9
Programa sertanejo	1	1,5
Escola de futebol	1	1,5
Recreação	1	1,5
Teatro	1	1,5
Orientação sexual para adolescentes	1	1,5
Orientação familiar	1	1,5
Torneios esportivos	1	1,5
Atividades com idosos	1	1,5
Mutirões	1	1,5
Saraus de poesia	1	1,5
Não tem atividades	8	11,8

No quadro abaixo estão agregadas as atividades culturais e educacionais:

Atividades desenvolvidas	nº de org.	% / total
Atividades culturais	27	39,7
Festas/bailes	14	20,6
Palestras	8	11,8
Capoeira	7	10,3
Shows	5	7,4
Bazares	4	5,9
Bingo	3	4,4
EAJ/ECJ	2	2,9
Ecotrilha	2	2,9
Pré-escola e escola de música	2	2,9
Programa sertanejo	1	1,5
Recreação	1	1,5
Teatro	1	1,5
Atividades com idosos	1	1,5
Saraus de poesia	1	1,5
Relacionadas aos esportes		
Atividades esportivas	15	22,1
Escola de futebol	1	1,5
Torneios esportivos	1	1,5
Relacionadas à educação		
Cursos	12	17,6
Alfabetização de adultos	11	16,2
Creche	8	11,8
Cursos profissionalizantes	6	8,8
Biblioteca comunitária	6	8,8
Educação ambiental	4	5,9
Cursos de reciclagem	2	2,9
Cursos de rádio	2	2,9
Alfabetização infantil	2	2,9
Arte e educação	1	1,5
Orientação sexual para adolescentes	1	1,5
Orientação familiar	1	1,5
Outros		
Agência de emprego	2	2,9
Mutirões	1	1,5
Reuniões	13	19,1
Não tem atividades	8	11,8

Como se pode observar, as atividades culturais e esportivas constituem a maior indicação entre as promoções das associações. Atividades culturais englobam apresentações de música, almoços comunitários, atividades com música, desenho, peças infantis, festas, especialmente em datas comemorativas, como no Dia da Criança.

Algumas associações ficam abertas à tarde ou à noite para que os jovens do bairro possam se encontrar, ouvir ou tocar músicas, dançar, etc. Das associações ou grupos formados especificamente por e para os jovens, as atividades são música (hip-hop) e capoeira. Pelo menos duas delas, maiores, promovem cursos, teatro, música, cujo trabalho se estende a outros bairros e até mesmo para fora do distrito. Há, ainda, duas outras organizações que atraem interessados de toda a região da Capela e até de locais mais distantes: uma delas realiza shows culturais, a outra, bailes sertanejos com regularidade (no geral, mensal).

No quadro os cursos estão mostrados em separado, quando foram especificados. No geral, foram considerados como cursos: costura, artesanato, bordado, culinária, línguas e cursos destinados a gestantes. Entre os profissionalizantes, constam computação, auxiliar de escritório, atendentes, (como telemarketing) e cooperativismo. Quatro associações indicaram que realizam programas de educação ambiental, uma tem atividade de orientação familiar, e outra, cursos de orientação sexual para adolescentes.

Duas associações indicaram especificamente ter agência de emprego, muito embora a atividade de informação sobre oportunidades e orientação sobre emprego parece ser da própria natureza de uma grande parte das organizações. Uma das organizações está em processo de montagem de um mini-hospital, outra faz exames de saúde.

No quadro da penúria em que vive grande parte dessa população e nesse espaço tão desprovido de possibilidades para capacitação, ou mesmo de diversão (o que significa a maioria dos bairros e a totalidade daqueles mais distantes), as associações são a única referência como espaço coletivo que pode ser compartilhado.

Assim, basta que o presidente ou a diretoria dessas entidades seja minimamente acolhedor ou sensível a esses aspectos para que elas se constituam um ponto de encontro da população adulta, e principalmente dos jovens. Funcionam quase como um refúgio de proteção contra o aliciamento dos grupos de tráfico de drogas ou do crime. Porém, como se observou durante as reuniões, os jovens falam de restrições e mesmo de preconceito de muitas associações para com as suas atividades.

É também no em função desse acolhimento que se verifica o apoio que recebem por parte da população que, em diversos casos, se dispõe a participar na promoção de eventos para arrecadação de fundos para as suas atividades e contribuir nos trabalhos da entidade em mutirões para construir algum equipamento de apoio, etc. Nesse intercâmbio de afinidades encontramos algumas organizações que são referência como local de consultas, de ajuda, de aconselhamentos, enfim, de uma vida mais compartilhada em um espaço já compartilhado onde as moradias se acumulam em construções coladas umas às outras, amontoadas em pequenos terrenos.

Público das organizações

Quanto ao público, a maioria das organizações desenvolve atividades tendo em vista, principalmente, os moradores do bairro onde se localizam, ou que estão próximos, particularmente as atividades mais regulares. Quando especificaram quanto ao tipo de público, temos os seguintes valores sobrepostos:

Público	nº de indicações	%
Moradores	41	61,8
Crianças	24	35,3
Adolescentes	15	22,1
Idosos	11	16,2
Jovens	10	14,7
Adultos	10	14,7
peessoas de fora do distrito	2	3,0

A difícil manutenção

A maior parte das organizações tem dificuldade para se manter: treze delas afirmaram na entrevista que o responsável ou a diretoria assume todas as despesas por sua própria conta. Quando essas organizações se localizam em um espaço cedido, ou realizam atividades como a distribuição de leite e cestas básicas, essa promoção gera despesas referentes às contas de água e luz, além dos custos para encaminhamentos de ofícios aos órgãos públicos e deslocamentos.

Das associações que obtêm algum recurso, doze afirmam conseguir contribuições de associados e moradores, embora no conjunto, 32 associações responderam ter associados, somando 4.096 pessoas. Dezessete organizações conseguem doações oito promovem festas, bingos e bazares, e apenas duas afirmaram ter financiamento de projetos. Outras onze compõem seu orçamento com doações e convênios no caso de algum evento ou data específica (como Dia da Criança, Natal, etc.) e, na maioria das vezes, essas doações são pequenas.

Quanto às organizações maiores, elas realizam parcerias para desenvolver atividades, contando com a colaboração de ordens religiosas ou de algum grupo exterior àquele universo que se dispõe a investir na promoção de melhorias para aquela população.

Convênios

Das organizações entrevistadas, 33 disseram realizar convênios com instituições do governo, cinco com organizações não-governamentais e quatro com empresas.

Possivelmente, esse número de convênios com instituições governamentais esteja subestimado na medida do entendimento da pergunta pelo entrevistado. Isso porque nas avaliações qualitativas, são poucas as associações de bairro que dizem não atuar na distribuição de leite e de cestas básicas promovidas por algum convênio estabelecido pelo Estado ou pela Secretaria da Agricultura, em programas como o Viva Leite (famílias com renda mensal de até dois salários mínimos recebem quinze litros de leite por mês para cada uma de suas crianças de 6 meses a 6 anos de idade) e o Alimenta São Paulo. E as que ainda não têm esse convênio, estão em processo para obtê-lo.

Encontramos apenas duas associações que declararam explicitamente a sua opção por não realizar tal convênio, embora algumas outras também não o realizem, mesmo não declarando nas entrevistas.

Uma parte das organizações estabelece convênios com a administração municipal, através de seus órgãos específicos, para o funcionamento de creches, escolas de 1º grau ou centros de juventude. Nesses casos, pode haver colaboração financeira, além do pagamento de profissionais e do fornecimento de alguns equipamentos.

Há outros convênios menores que se constituem apenas na destinação de professores para o local com um pequeno auxílio para a manutenção do espaço cedido pela associação. Esse é o caso dos programas de alfabetização de adultos do programa Alfabetização Solidária, promovido pelo governo federal, bem como, mais recentemente, o programa da Prefeitura Municipal que está reimplantando o Movimento de Alfabetização de Adultos (Mova). Na época da entrevista, três associações realizavam o programa federal, enquanto outras estavam em processo para a sua implantação.

Além disso, três associações realizavam alguns cursos com o apoio do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas empresas), e outras três com o programa de capacitação profissional da Secretaria de Relações de Trabalho (SERT), através do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Dessas, duas promoviam este programa por mediação da Força Sindical – cuja troca consiste em cessão do espaço e a providência dos lanches para os alunos, contra uma contribuição mínima para essa alimentação (em torno de R\$ 0,50/aluno).

Uma das associações tem convênio com a Universidade de Santo Amaro (Unisa) em parceria com a Central de Abastecimento (Ceasa).

Dos convênios com organizações não-governamentais, foram citados a Fundação C&A, a Fundação Abrinq, Fundação Vitae, a Igreja Evangélica e a Pastoral da Criança.

Os convênios de distribuição de alimentos

Desde o período do governo militar foram instituídos programas de distribuição de leite para as famílias carentes que recorriam às associações comunitárias para realizar a entrega. Durante o governo de Mário

Covas em São Paulo (1994-2001), o programa passou para o âmbito do Estado e ampliou a sua cobertura, operando atualmente por meio da Secretaria da Agricultura do Estado. Para fazer parte deste convênio, as associações comunitárias devem apresentar documentação (o registro no CNPJ), comprovação de endereço e pagamentos das contas em ordem. Quando aprovadas, passam a receber uma orientação para o procedimento das inscrições e o controle da distribuição do leite, que se processa duas vezes na semana, assim como a distribuição de cestas básicas, uma vez ao mês. Mensalmente, o responsável pela entidade deve se dirigir até a Secretaria da Agricultura, no bairro do Jabaquara, para a entrega dos controles registrados. Atualmente, o governo está disponibilizando um posto para essas entregas no distrito – segundo um dos entrevistados, pela proximidade das eleições. "Foi de grande oportunidade para o Estado a promoção destes programas, uma forma de acabar com o movimento reivindicativo das associações do Grajaú", diz um dos entrevistados.

Pode-se admitir que, no registro do refluxo das ações reivindicatórias no distrito, seguramente somam-se outros eventos, que serão discutidos adiante. É inegável, no entanto, a ação desgastante que esses dois programas exercem às associações comunitárias. A começar pelo tempo das pessoas ocupadas nessa função de recebimento dos produtos (no mínimo duas tarde por semana), nos procedimentos de entrega e apontamentos além do deslocamento para a prestação mensal de contas. Considerando-se que a maioria dos responsáveis depende do seu trabalho para sobrevivência e manutenção de suas famílias, é considerável o dispêndio de tempo útil que as atividades junto as associações impõe.

Dado o desmanche das políticas sociais e retração dos investimentos nesta área, o provimento de equipamentos básicos necessários para a sobrevivência das pessoas – em particular os habitantes dos distritos da periferia visíveis apenas em época de eleições – são oferecidos como uma distribuição de favores e para uma pequena parcela da população mais carente.

É aí que se indica a ação devastadora dessa política: atividades que deveriam ser cumpridas pelas associações, como o encaminhamento dos problemas e negociação de direitos e acesso às políticas públicas, são transformadas em "atividades associativas" de distribuição de migalhas dentro de uma política de articulação não de favores e não direitos.

As próprias associações se questionam quanto ao seu caráter, pois a população em torno, vivendo além do limite da pobreza, pressiona a obtenção dos produtos e benefícios distribuídos e sendo exceções, as poucas associações que se recusam a cumprir essa função assistencialista.

Não é raro encontrar casos de associações locais criadas apenas para cumprir esse papel, sendo este um dos motivos pelo qual se verifica a presença de mais de uma organização no mesmo bairro. Sendo o controle precário, algumas vezes fica a cargo do presidente da associação definir o

cadastro dos beneficiários. Também acontece de algum político promover sua campanha eleitoral ancorada na facilitação e promoção do programa – reproduz no microcosmo o clientelismo da política populista dos favores, completada pelo “tapinha nas costas” em períodos eleitorais.

O direito aqui é transformado em dádiva e para poucos: são beneficiadas, em média, 150 famílias por associação, a cada seis meses. No entanto, o assistencialismo funciona por algum tempo como “areia nos olhos” de uma população desprovida que desconhece seus direitos de cidadãos e que se digladia para conseguir penetrar no cadastro dos beneficiários desses farrapos em nome da própria sobrevivência. Refaz-se a tradicional relação paternalista, personalista e de submissão ao Estado.

Os problemas das associações

Com relação aos maiores problemas que os entrevistados observam na sua organização ou movimento foi sugerida a pergunta com resposta em aberto.

As respostas estão expostas no quadro abaixo:

Problemas da organização ou movimento	nº	% s/nº org.
Financeiro	36	52,9
Falta de sede	11	16,2
Falta de participação	10	14,7
Falta de legalização para a organização	4	5,9
Desinformação e desunião	4	5,9
Elaboração de projeto/captação de recursos	2	2,9
Falta de apoio do governo e parcerias	2	2,9
Capacitação da diretoria precária	1	1,5
Dificuldade com moradores ou associados	2	2,9
Pessoas desonestas	1	1,5
Respostas sobre legalização de terrenos e melhorias do bairro (que não se referem a pergunta)	13	19,1

Como esperado, as dificuldades financeiras são apontadas por mais da metade das entidades como as mais prementes, seguida pela necessidade de dispor de um local adequado para realizarem suas atividades.

Entre as outras preocupações destacam-se também as que se remetem aos poucos resultados observados perante sua própria ação como a desinformação e a desunião, a pequena participação dos associados e moradores além da falta de capacitação da diretoria. Três organizações colocaram também as dificuldades decorrentes do relacionamento pessoal com seus próprios colegas. No entanto, um número expressivo de organizações indicou como problemas as questões em relação as carências da população da região, para além dos problemas da associação propriamente dita.

Ainda quanto aos problemas levantados, os grupos de jovens referem-se principalmente à falta de espaço para a realização de suas atividades musicais (como shows) bem como a pouca promoção de atividades culturais e desportivas. Além disso, reclamam da falta de segurança nos eventos que promovem e falam do pouco apoio, compreensão ou mesmo do preconceito que sofrem em relação às suas atividades por parte de algumas associações comunitárias.

Encontramos também no distrito uma organização de trabalhadores expostos e intoxicados por mercúrio metal, que tem como principal reivindicação o estabelecimento em lei de benefícios, controle e reconhecimento no serviço médico público para estes problemas.

A relação entre as associações

Pouco mais da metade das associações entrevistadas indicaram outras duas ou três que conhecem e com as quais se identificam mantendo alguma relação. Em um âmbito um pouco mais amplo, 23 associações responderam que participam de alguma rede local, geralmente associada à sua temática, e dezesseis delas dizem participar de algum fórum. Dezenove entrevistados disseram participar de redes mais amplas, municipais, estaduais ou outra forma de rede. Além dos conselhos e fóruns municipais, citam como exemplo a Federação de Organizações Sociais (FOS) e a Cooperativa de Auxílio pró-Infância e Adolescência (Cooperapic).

As relações das associações com o poder público

Pudemos observar durante a pesquisa de campo que, no que se refere às reivindicações que as organizações endereçam ao poder público, as respostas são as mesmas das obtidas as reivindicações que o público traz às organizações, acrescentando-se nesta última a procura por emprego. Todas as demais são generalizadas às questões locais do seu bairro, da sua rua – a regularização de lotes, demandas por creches, escolas, postos de saúde, implantação ou melhorias nos transportes coletivos, pavimentação, conserto de buracos e limpeza de ruas, instalação de rede de esgoto, iluminação, melhores condições de moradia, abastecimento de água, arrumamento, numeração das casas para acesso de correio, espaço e equipamentos para atividades culturais e esportivas, etc.

Sete dos entrevistados também incluíram em suas respostas a reivindicação por áreas verdes cuidadas (jardins públicos, centros de cultura, etc.) e a preocupação com a preservação ambiental cuja degradação é decorrente das ocupações em áreas de mananciais.

A relação das associações com o poder público se processa, principalmente, pelo envio de ofícios aos órgãos públicos diretamente envolvidos nas questões específicas de sua demanda (secretarias ou coordenações que tenham um escritório na região), por meio da administração regional ou algum organismo do Estado. Embora somente alguns dos entrevistados tenham se referido explicitamente, é possível que parte dessas demandas sejam endereçadas a algum político em particular com os quais tenham acesso. Porém, parece mais comum o caso de políticos que tomam a iniciativa de procurá-los, particularmente em épocas de seu interesse.

Quando órgãos da administração promovem encontros com as organizações locais e a população, por sua iniciativa ou em conjunto com alguma das secretarias setoriais, observa-se a pouca presença de representantes dessas associações, como ocorreram durante o período da pesquisa com as secretarias de saúde, meio ambiente, e planejamento urbano. Quando presentes, são muito poucos os que tomam a palavra para uma observação mais ampla quanto aos problemas do distrito e dos que se expressam, em sua maioria são sempre representantes que também atuam nos movimentos e fóruns locais. As falas, no geral, também parecem ilustrar os mesmos caminhos daqueles dos ofícios referidos anteriormente – tratam da demanda do seu bairro, ou ainda se remetem ao não atendimento ou retorno à demanda encaminhada via ofício.

Nesta pesquisa, 58 entrevistados pronunciaram-se sobre como avaliam as respostas que obtêm do poder público quanto ao encaminhamento das reivindicações de suas associações:

Relação com o poder público

Indicam que as respostas são:	nº	%
Satisfatórias	12	20,7
Muito lentas/poucas	30	51,7
Negativas ou não respondem	16	27,6
Total	58	

Doze das organizações responderam que consideram satisfatórias as respostas do poder público, duas, se remeteram a uma relação pessoal com um político; uma, fala no processo que desenrola atualmente no seu bairro quanto à regularização do espaço diante do problema de manancial (ocupação planejada); as demais, datam suas respostas e expectativas na atuação da atual gestão municipal. Destaca-se ainda que mais de 50% das respostas consideram insuficiente, e 27,6% consideram nula a eficácia dessa relação.

Quanto à situação do distrito

Esta pergunta embute uma reflexão retrospectiva do entrevistado sobre como vê a evolução da situação do distrito nos últimos dez anos.

As respostas indicam que as condições no distrito melhoraram relativamente quanto à infra-estrutura, transporte, saúde, vagas em escolas e creches, equipamentos públicos, moradia, assim como maior disponibilidade de comércio local. Duas organizações lembraram os programas sociais da atual administração. Quanto ao que piorou, a grande maioria referiu-se ao aumento da violência e insegurança.

As lideranças sociais no distrito do Grajaú

Uma questão básica no desenvolvimento da pesquisa foi identificar como as organizações comunitárias se manifestavam, ou se articulavam, quanto às demandas acerca das condições de vida no distrito e a busca por espaços de negociação, principalmente a partir da posse da nova gestão municipal, por meio da nova Administração Regional (AR-CS), em processo de se tornar subprefeitura. Na pesquisa, foram recolhidas informações junto aos presidentes ou responsáveis pelas associações comunitárias.

À medida que caminhava o trabalho em campo foi se percebendo a restrita ação que desempenham essas associações, no distrito ao se constatar a atividade individualizada que cada uma desenvolve quanto às questões de seu bairro e ante o poder público.

Algumas organizações, são, sem dúvida, referência de atividades coletivas, mas a ação de seus representantes vai além das entidades, pois estes se articulam com outras lideranças em outros espaços de participação, como os conselhos e fóruns temáticos e as estruturas partidárias existentes no distrito.

Com o intuito de ao menos especificar algumas perguntas sobre os acontecimentos no distrito, incluímos um breve levantamento do histórico do movimento social local, assim como as ações dos conselhos e fóruns que pareceram mais atuantes neste período da pesquisa.

Os movimentos sociais no Grajaú

A região sul do município tem uma longa história de movimentos sociais, cujas origens se misturam às ações da fração progressista da Igreja Católica cujos fiéis se agregaram nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB), Pastoral Operária e outras pastorais.

Particularmente nas décadas de 1970 e 1980, associações comunitárias e clube de mães, articularam-se com os movimentos dos trabalhadores industriais de Santo Amaro e Campo Limpo. Nessa época, diante da falta de trabalho e fechamento de indústrias da Zona Sul, o movimento dos trabalhadores metalúrgicos se fortaleceu, articulando a Oposição Sindical. A ele somaram-se outros movimentos populares numa campanha contra o desemprego, com amplas manifestações de rua, greve geral e a criação do Fundo de Greve, que culmina com a morte de Santos Dias, em 1984, reunindo 70 mil pessoas nas ruas. Esses movimentos constituíam espaços de participação e de aglutinação da população que tomava as ruas reivindicando seus direitos e, diante do poder público, melhorias nas condições de vida e de trabalho.

Em toda região sul do município organizava-se o movimento popular em suas lutas para conquista de abastecimento de água, de transporte, de regularização dos terrenos e por moradia, o movimento contra a carestia, entre outros.

Nessa época, uma população impossibilitada de morar em áreas mais centrais da cidade, ampliava as ocupações no espaço desvalorizado das margens da represa. A extrema carência de equipamentos sociais e meios de vida alimentava as mobilizações.

Nos registros do professor Rui Grilo¹, constam notícias e fotos de assembléias populares, do movimento por moradia, por regularização dos loteamentos e acesso a água, bem como do movimento de favelas por melhorias e urbanização, desde 1973. Entre 1978 e 1979, foram realizadas assembléias e concentrações, em frente à Sabesp, do movimento pelo abastecimento de água, que reclamava da quantidade e qualidade da água nas residências. Nestes movimentos participaram as associações do Jardim Lucélia, Jardim Icarai e Parque Cocaia. O movimento de trans-

¹ Mestre em sociologia e professor, debruçou-se na coleta de registros fotográficos e históricos dos diversos movimentos da Capela do Socorro. Frequentemente organiza exposições desse material e, atualmente, prepara sua publicação.

portes se articulava em protestos contra a viação Bola Branca, que monopoliza até hoje o transporte coletivo do distrito. Entre outubro de 1982 e julho de 1987 foi publicado periodicamente o boletim desse movimento, *A Catraca*.

Destaca-se desde essa época a atuação das mulheres da região. De seus movimentos há registros desde 1975, ano em que capitanearam as iniciativas de realização de pesquisa domiciliar sobre o custo de vida. Procederam também à coleta de assinaturas dos moradores (18.500 na região sul do município) promovendo ampla mobilização durante o ano de 1976 e seguintes, quando o abaixo assinado se estendeu por toda a periferia da Grande São Paulo o que culminou com as manifestações do Movimento Contra a Carestia nos anos entre 1978 e 1979.

Atualmente, as mulheres ocupam mais da metade dos cargos de presidência das associações comunitárias, assim como marcam uma presença muito expressiva, se não majoritária, nos fóruns e conselhos.

Todos esses movimentos se fortaleceram e disseminaram no decorrer da década de 1980 ampliando-se, na região da Capela do Socorro, com o Movimento Popular de Saúde. Nesse momento ocorreram assembléias no Grajaú (segundo o registro de Rui Grilo) assim como se iniciava a articulação pela regularização dos direitos da Criança e do Adolescente. Foram criados fóruns que culminaram, no final da década, com os movimentos pela Constituinte e por eleições diretas chegando, finalmente, na eleição (em 1988) do governo da Frente Democrática Popular (1989-1992).

Podemos afirmar que todos esses movimentos, em conjunto com outros setores sociais e instituições da sociedade civil, tiveram importante papel na promulgação da Constituinte de 1988. Neste momento, além de se inscreverem novos direitos na ordem legal, essas iniciativas populares influenciaram também a elaboração e regulamentação da nova ordem constitucional, com a inclusão de instrumentos de democratização da política e mecanismos de participação - plebiscitos, plenárias, conselhos gestores para algumas áreas da política pública - no novo texto constitucional. Gradativamente, passaram a ser criados tais conselhos, como o de saúde, o de criança e adolescente, transporte, reforma urbana, entre outros.

Durante a gestão democrática popular (1989-1992) foram percebidas diversas iniciativas a fim de dar substância a essa nova legalidade e atenção às reivindicações populares.

No Grajaú, o "Projeto das Glebas da Chácara do Conde", foi considerado um dos principais projetos habitacionais dessa gestão, em torno do qual se reuniam vários movimentos por moradia da região e se estabeleciam negociações entre a Administração Municipal, movimentos populares, ambientalistas e o governo do Estado.

A proposta aliava a produção de habitações populares com a preservação ambiental, interligando-se com o Programa Guarapiranga que previa a

² Um relato detalhado sobre as negociações, contradições e conflitos na formulação e início deste programa encontra-se em Vilas Boas (1995, p. 46-74).

³ Para conhecer na íntegra o estudo produzido pelo Núcleo Intersecretarial da Capela do Socorro, acesse www.prefeitura.sp.gov.br

recuperação e conservação de áreas de mananciais. O projeto foi desenvolvido em meio a contradições² e até hoje sua proposta não está completa³.

Também durante essa gestão, o movimento por transportes estabeleceu uma instância de negociação com a empresa da região. Durante o gestão de Luiza Erundina (1989-1992), a empresa, coagida pela insistente pressão do movimento popular e numa tentativa de contornar as contradições, criou um Fórum comunitário consultivo, do qual participam representantes da população. Ainda hoje é uma das empresas que, quando solicitada, colabora com algumas associações na promoção de festas.

Com relação aos direitos da criança e do adolescente, organizou-se na região um Fórum que se empenhou na regularização municipal das normas do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n. 8.069, 13.6.1990) e elegeu 90% dos conselheiros para Primeiro Conselho Tutelar. Porém, a regularização do Conselho da Criança e do Adolescente no município só veio se completar na gestão atual de Marta Suplicy, eleita em 2000.

Na área da saúde, o movimento, por meio dos Conselhos Populares, impulsionava as eleições para os Conselhos Gestores com a constituição e implantação municipal do SUS (Sistema Unificado de Saúde). No Grajaú, foram eleitos conselhos das unidades básicas e distrital. Segundo entrevista com o Sr. José Amaral, do Conselho Municipal de Saúde, na região sul do município, os militantes postulavam a organização enquanto movimento, discutindo a saúde como um todo, preservando a distinção entre o movimento popular e os conselhos gestores.

No Fórum da Cultura de Interlagos grupos culturais, juntamente com outros movimentos (moradia, ambiental, etc.) e artistas da região⁴, mobilizaram a articulação para reivindicar a criação da Casa de Cultura à Prefeitura e à Secretaria Municipal. No final dessa gestão, este Fórum foi o principal organizador do Fórum da Cultura da Cidade criado para pressionar a Câmara Municipal na institucionalização das Casas de Cultura do Município, aprovada na última semana do governo de Erundina (Lei n. 11.325 de 29.12.1992).

Nas eleições de 1992, com a vitória de Paulo Maluf, iniciou-se um período de desarticulação de todas as iniciativas de participação popular. Essa postura foi mantida com a eleição de Celso Pitta que administrou a cidade de São Paulo entre 1997 e 2000:

O movimento não parou, mas pouco conseguia fazer: passou a atuar na ilegalidade como no caso dos Conselhos de Saúde, ou sofreu um congelamento, como o conselho tutelar da criança e do adolescente⁵.

O movimento cultural desenvolveu algum embate no início da gestão Maluf, no sentido de assegurar a permanência do espaço da Casa de Cultura, dentro do autódromo de Interlagos, mas esvaziava-se pelo desinteresse em promover ações junto a esta gestão⁶.

⁴ 1990 a 1992. A primeira formação do Fórum de Cultura contou com a participação da Associação Cultural Corrente Libertadora, Espaço Movimento Humanista, CAPS, Casa de Cultura de Interlagos, ARCS e outros órgãos públicos; Centro de Cultura Popular Henfil, Projeto Ecológico Henfil, Pastoral da Juventude, Movimentos de Moradia, Juventude Libertária e Anarquista, entre outros movimentos; artistas, cidadãos e cidadãs da região (Histórico do movimento humanista feito por Eduardo Freire, AMIB/MH, não publicado).

⁵ Entrevista com sr. João Neres.

⁶ Entrevista com Eduardo Freire, da Amib.

Os demais movimentos reivindicatórios (por moradia, transporte e outras melhorias), bateram na dura porta de uma gestão que não tinha como prioridade atendê-los.

No governo de Paulo Maluf, os conselhos gestores de saúde foram praticamente desativados e o Executivo retirou da Câmara o projeto de lei que previa a criação e consolidação dessa experiência de participação institucional iniciada no governo anterior. Com a implantação do Plano de Atendimento à Saúde (PAS), o governo Pitta alterou a composição do Conselho Municipal de Saúde e os conselhos gestores de unidades de saúde ficaram inicialmente fora da legislação. O Conselho Municipal de Saúde e o Conselho do Fundo Municipal de Saúde (Fumdes) continuaram funcionando precariamente apenas por serem requisitos para o município pleitear os recursos do SUS.

A partir de 1998, a Prefeitura deixa de reconhecer o Conselho Municipal de Saúde, eleito na VII Conferência Municipal de Saúde realizada sem a participação e o apoio da administração, e este passa a atuar na ilegalidade.

O Executivo encaminhou e aprovou na Câmara Municipal a Lei nº 12.546 de 1998, que não especificava a composição do Conselho, excluindo, desse modo, a representação dos movimentos populares de saúde e priorizando a representação do PAS. A prefeitura criou outros mecanismos de acompanhamento das ações de saúde, como o Grupas que priorizava os interesses privados na área da saúde e não atendia às diretrizes do SUS. Entretanto, o Conselho Estadual de Saúde manteve as posições adotadas anteriormente, que denunciavam a existência de incompatibilidades entre as diretrizes do PAS e do SUS e, conseqüentemente, a impossibilidade de repasse dos recursos do SUS para as unidades e ações de saúde subordinadas às cooperativas privadas do PAS.

O Fórum da Criança e do Adolescente permaneceu ativo durante os governos Maluf e Pitta, elegendo cerca de 50% dos membros do Conselho Tutelar. A ação desses representantes, todavia, foi limitada pela falta de regularização municipal dos conselhos e de providências da estrutura básica para a ação dos conselheiros.

Fui eleito no final da gestão da Erundina. O interesse era completar o regulamento do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Conselho, no município. Veio a gestão Maluf e então éramos verdadeiros "sapos com asas" – não se deixava de mover ações porque tinha asas, mas não conseguia fazer muita coisa, porque era sapo. Além de contar apenas com uma ajuda de custo para o conselheiro, não se dispunha de um mínimo de estrutura para as ações necessárias no distrito. Apesar disso, movemos vários processos contra o Maluf, que, no entanto, esbarravam na vontade do aparato jurídico, enquanto no distrito permanecemos atentos aos problemas das crianças e adolescentes e movemos diversas reivindicações com algumas conquistas, como a implantação do pronto socorro no distrito.⁷

⁷ Entrevista com sr. João Neres, que foi conselheiro tutelar nas duas gestões (Maluf e Pitta).

Década de 1990: do movimento nas ruas a um período de inflexão

No início da década de 1990, do ponto de vista da continuidade dos movimentos populares, registra-se uma inflexão e diversos fatores são apontados como explicação possível. O próprio fato de instituir-se como governo, um partido em cujas fileiras se agregam grande parte da liderança mais atuante, fez com que os quadros mais experientes para as atividades da estrutura governamental e parlamentar fossem recrutados para dentro da estrutura do governo, sem que uma prática de formação de novos militantes tivesse em vigor.

Por sua vez, também se aprofundaram as diferenças e combinações dentro do próprio Partido dos Trabalhadores (PT). Entre as correntes de pensamento em que se alinhavam seus quadros, algumas instituíam uma estrutura hierarquizada chegando até a reproduzir, ao menos no âmbito das associações, o comportamento clientelista, tão criticado no período de formação do partido.

No caso do município de São Paulo, a descontinuidade política na gestão do município, teve, sem dúvida, grande efeito de desmobilização, embora mesmo essa derrota ainda careça de melhor entendimento. No plano dos movimentos há que se levar em conta que, após a Constituinte de 1988, com a institucionalização dos espaços de interlocução e negociação, estimulada e facilitada pela gestão pública do município (sobretudo na gestão de 1989-1992), instala-se um processo que absorve parte considerável da energia dos movimentos sociais, instâncias que serão desarticuladas nas duas gestões municipais posteriores.⁸

Essa passagem do movimento das ruas para os processos de negociação, consequência das conquistas em relação aos direitos civis garantidas na Constituição de 1988, passa a exigir das lideranças uma outra forma de preparação para a eficácia de sua atuação. Os entraves colocados não são poucos, seja na ordem dos seus mecanismos de funcionamento, ou nos meandros da participação democrática, que inclui a diversidade dos setores da sociedade e permite reproduzir no seu interior, portanto, todo tipo de trânsito de influências, cooptação, pressão do poder econômico e do intelectual. Entraves até mesmo na compreensão das questões envolvidas como a linguagem com que são apresentados os processos e peças orçamentárias, muitas vezes impenetráveis mesmo para estudiosos da área.

Considera-se, também, os efeitos da mudança na linha da Igreja Católica que, afastando do trabalho comunitário os religiosos preocupados com ações em relação a população marginalizada, reforça seu caráter carismático. Na região, várias paróquias que abrigavam e apoiavam as ações populares tiveram seus responsáveis substituídos.

⁸ Sobre essa formalização das instâncias de participação e a "aposta na institucionalidade política como campo estratégico de luta dos setores progressistas e democráticos", ver DAGNINO, 2002.

Esta mudança de concepção teve um sério impacto na atuação das associações comunitárias, não apenas pela retirada do apoio material que proviam, mas principalmente porque muitos dos representantes de associações tinham sua ação orientada e reforçada pelo discurso e atuação do representante da Igreja. Quando este discurso mudou, muitas organizações refluíram para uma atividade apenas legalista ou até clientelista, limitando-se a se vincular na campanha de distribuição de alimentos do governo do Estado e encaminhar ofícios das necessidades do bairro⁹.

⁹ Entrevistas com sr. José Amaral e sr. João Neres, ambos iniciaram sua atuação pelas CEBs, na região.

Quanto às organizações comunitárias, passou a existir uma interferência do Estado através da ampliação de programas assistenciais que contavam com os seus serviços, como os de distribuição de leite e cesta básica, ou de alguns benefícios. Essa postura, além de ocupar grande tempo da direção, vinculava as associações à uma prática clientelista e de favores.

Vale registrar, para uma investigação posterior mais consistente, que o discurso da esquerda das lideranças comunitárias, dos partidos políticos e dos movimentos, parece distante e pouco atraente para a geração mais jovem, particularmente a geração que compõe essa parcela da população desprivilegiada, que tem pouco acesso às universidades.

Isso ficou bem registrado nas falas dos grupos de jovens durante a pesquisa, quando discorrem sobre o distanciamento e mesmo o preconceito que enfrentam para sua penetração até mesmo nas associações mais atuantes. Também revelam a sua reserva em articular-se, principalmente com outros grupos similares, bem como a pouca frequência nos espaços políticos de negociação de demandas. No distrito, algumas das associações formadas pelos jovens e que abrigam atividades com este público, originaram-se ou têm maior proximidade com o movimento humanista.

Soma-se ainda o fato de que, nesta década, a aceleração da política neoliberal no País, confunde a própria atuação dessas associações quanto ao entendimento sobre o que acontece e as suas perspectivas nos nefastos efeitos concentracionistas e excludentes que se impõe em todos os poros da sociedade.

São exemplos desses efeitos a redução da oferta de emprego, a precarização das condições de trabalho, a desregulamentação despudorada dos direitos do trabalho e a crescente redução do investimento nos serviços públicos destinados à população, sua privatização e precarização em particular para a faixa mais pobre (que cresce exponencialmente na base da pirâmide da distribuição de riquezas no País). (Paoli, 2002; Oliveira e Paoli, 1999).

Não são poucas as mudanças e os impactos. Todavia, com tantas face-tas controversas, o momento seguinte mostra que os movimentos popula-

res podem ter “conseguido fazer pouco, mas não pararam”. Certamente tomaram outras formas e criaram outros caminhos, como ilustra o empenho na campanha para as eleições municipais que levou à vitória do Partido dos Trabalhadores. Isso também pode ser percebido na vitalidade com que os diversos movimentos retomam as suas pautas de reivindicações e no pleito de sua legitimidade, como por exemplo, os movimentos de saúde, com sua conferência municipal e a eleição dos novos conselheiros, assim como outras instâncias de participação.

As lideranças locais

Do que pudemos perceber, grande parte da liderança que encontramos no Grajaú, provém dessa história dos movimentos sociais, atuam nos diversos espaços - associações comunitárias, conselhos, fóruns e movimentos setoriais - e vinculam-se aos diversos partidos políticos, em estruturas que se somam.

Muitas vezes, as atividades dessas lideranças preenchem totalmente as suas agendas. Não é raro encontrar um presidente de organização comunitária que é também integrante de dois ou mais conselhos gestores, participa em algum dos movimentos (transporte, moradia, etc.) e tem atuação partidária. Os conselhos e movimentos se articulam verticalmente, segundo a sua temática, fazendo com que cada qual tenha o seu grupo constituído e sua agenda, superpondo-se as atividades. É aí que se coloca a necessidade de uma articulação transversal com as lideranças o que, no mínimo, possibilitaria poupar um pouco de sua energia, além de propiciar a inter-relação entre as políticas sociais que acompanham. Neste circuito é que se estabelecem as relações com o poder público.

A seguir serão mostrados os dados da pesquisa realizada com os presidentes ou responsáveis por associações comunitárias e algumas das articulações que foi possível mapear neste período da pesquisa.

Os presidentes ou responsáveis pelas associações comunitárias

Entre os responsáveis pelas organizações comunitárias no Grajaú, na época desta pesquisa, encontramos 36 mulheres (52,9%) e 32 homens (47,1%). Excetuando dois entrevistados (responsáveis pelo Projeto Anchieta e Lar Altair Martins), todos os demais moram no mesmo bairro de suas organizações, sendo 46 (78%) há mais de 10 anos. Ainda referindo-se ao tempo, observa-se que vinte desses responsáveis atuam em atividades ou movimentos sociais há mais de 15 anos, enquanto 24 passaram a atuar nos últimos 5, conforme o quadro abaixo:

Tempo participação	nº	%
Até 1 ano	5	7,8
1-5 anos	19	29,7
5-10 anos	10	15,6
Mais de 10	10	15,6
Mais de 15 anos	20	31,3
Total de respostas	64	100

Desse conjunto, trinta pessoas dizem que a motivação para começarem a atuar foram os problemas enfrentados no próprio bairro (26), ou no distrito (quatro) onde residem; oito começaram pelas CEBs da Igreja Católica; oito porque estavam envolvidos em problemas ou se interessavam com questões da educação, criança, atendimento à população carente, etc. A música foi o estímulo para quatro entrevistados jovens que passaram a se envolver com as questões sociais.

Sobre o motivo ou a maneira como começaram a participar:

Começou atuar a partir de:	Nº	%
Problemas no próprio bairro	26	38,8
Envolvimento com educação, saúde, crianças	8	11,9
Movimento da Igreja Católica	8	11,9
Problemas no distrito	4	6,0
Através da música	4	6,0
Devido a atividades partidárias	3	4,5
Por convite do presidente da entidade	3	4,5
Começou em outro distrito/cidade	2	3,0
Indignação com problemas do País	2	3,0
Através de religião – espírita e evangélica	2	3,0
Esportes/equipes de futebol	2	3,0
Por convite dos moradores	2	3,0
Por oposição ao presidente da entidade	1	1,5
Total de respostas	67	100

Numa avaliação sobre o que mudou nas suas vidas a partir do esse envolvimento com as questões da comunidade, 51,5% dos entrevistados percebe um crescimento pessoal e maior consciência social, enquanto 33,8% privilegiam o maior conhecimento de pessoas e organizações da comunidade. Apenas três pessoas referem-se a um maior contato com políticos ou órgãos públicos e duas indicam que o que aumentou foi a quantidade de trabalho e a falta de tempo. Três entrevistados informam que aumentaram as dificuldades familiares, seja por questões financeiras ou de tempo, e apenas um diz que nada mudou.

Desde quando começou, alguma coisa mudou na sua vida?	Nº	%
Aumento de conhecimento/consciência pessoal/social	35	51,5
Conhecimento de outras pessoas/ organizações da comunidade	23	33,8
Aumento contato com políticos/ órgãos públicos.	3	4,4
Aumento de dificuldades familiar /financeiras/falta de tempo livre	3	4,4
Conquista pessoais e da comunidade	2	2,9
Houve mudanças só para o bairro	1	1,5
Não mudou	1	1,5

Durante as entrevistas, ou em conversas no período desta pesquisa, algumas pessoas diziam ter começado a sua participação em atividades, conselhos, etc., principalmente em busca de se relacionar melhor, enriquecer de sua condição pessoal, melhorar a auto-estima e para ter acesso a mais informações.

No começo, quando viemos pra cá era uma enorme solidão, não tinha nada e nada pra fazer. Então a gente ia até o pessoal que se reunia nos movimentos por moradia e de transporte, como uma forma de poder conversar com mais gente, ter mais informação. Foi bem depois que nos veio a proposta de agregar os vários bairros no projeto de auto-construção.¹⁰

¹⁰ Entrevista com Felícia Mendes Dias da Associação Morar e Preservar.

Outros relatam que partiram para criar a associação tendo em vista uma melhoria de problemas específicos e que, só depois, tomaram contato com a abrangência das questões envolvidas no seu problema e com outras possibilidades da ação coletiva.

Do que pudemos observar, as características pessoais da diretoria e, mais precisamente, do presidente ou responsável, desenha o perfil da associação. A maior parte da população comparece nas associações nos momentos de problemas graves, ou quando circula alguma informação de seu interesse latente e imediato, participando pouco nas definições e encaminhamentos e até mesmo nas recentes eleições para os conselhos gestores. Como exemplo, durante o período da pesquisa, quando algumas associações tomaram a iniciativa de reabrir as inscrições para moradia, formaram-se enormes filas.

Observou-se também a ininterrupta consulta individual sobre a abertura de novas listas da distribuição de leite ou cesta básica. Quando o Telecentro, centros de informática, criados pela Prefeitura, foram instalados no distrito, muitas pessoas tinham perguntas sobre o seu funcionamento, mas não se manifestaram quanto a participar de seu conselho.

As associações comunitárias se configuram, em parte, como uma instância mais próxima, onde o morador pode expor suas dificuldades e conseguir mobilização suficiente para superá-las e encontrar resultados. Na

maioria delas, o presidente é visto como um cidadão de destaque que deveria (às vezes, por obrigação) tomar iniciativas para resolver problemas.

Na pesquisa foi mencionada a preocupação por parte dos diretores em desenvolver uma atuação mais sistemática e crítica com a população, mas os entrevistados constatam que, na maioria das vezes, excetuando os momentos acima referidos, as suas iniciativas de chamar para reuniões, debates e seminários têm tido pouco efeito.

Aqueles que promovem atividades de cunho mais cultural, aliando a estas o lento trabalho de conscientização para as questões sociais em que estão envolvidos, parecem obter melhores resultados. Ainda assim, a tônica da delegação dos problemas, encaminhamentos e decisões, parece ser a tradução das formas de representação, palavra raramente utilizada nesse período da pesquisa.

Desenhando um perfil qualitativo, observa-se, atualmente, um leque de associações comunitárias (ou de responsáveis por elas) com atuação bastante diferenciada:

Em algumas organizações a direção é bastante ativa e posicionada politicamente, sempre comprometida com sua relação junto a comunidade. Sustentam uma missão de independência ante os poderes públicos mesmo quando se dispõem a conveniar com programas governamentais. No geral, o responsável ou a diretoria, investe (com maior ou menor sucesso) em iniciativas que agreguem a população do bairro, esforça-se em divulgar as atividades e as informações, chamar para debates, etc., e atua também em outros espaços de participação, como nos movimentos e fóruns no distrito ou no município e nos partidos políticos.

Em outras associações, embora a direção demonstre um posicionamento difuso se dispendo a fazer acordos políticos mais ou menos indiscriminados, sua prática de intensa relação com os moradores e sua preocupação em resolver problemas da comunidade, funciona como um auxílio terapêutico. São chamadas até mesmo para resolver conflitos pessoais e familiares.

Existem ainda aquelas que são muitas vezes criadas a partir de uma relação personalista com algum político tornando-se uma organização voltada para os interesses de seu presidente, realizando suas atividades em torno das campanhas eleitorais. No geral, reproduzem com os moradores a mesma relação autoritária e clientelista que estabelecem (e se submetem) com algum político ou com donos de empreiteiras. Fora da época de eleições, suas ações têm a marca do assistencialismo e se dão, praticamente, pela distribuição de leite e cesta básica ou, eventualmente, a realização de festas datadas (Dia da Criança, Natal).

Não raro o presidente ou a diretoria de algumas organizações se vincula a algum político, seja no antigo procedimento de troca de pequenos favores ou no apoio em período de campanha eleitoral para facilitação

de encaminhamentos de propostas e demandas ao poder público. Todavia, de forma mais declarada ou não, a relação nessa troca, que envolve também políticos de esquerda, parece vigorar, em especial, nas campanhas políticas.

Em diversos bairros, existem duas ou até mesmo três associações com as mesmas características estatutárias, criadas em razão da oposição entre posições assumidas pelo presidente, quanto ao caráter da sua atuação ou quanto às atividades que pretendiam (ou não) desenvolver.

Algumas articulações

Diversos fatores conjunturais sinalizam que atravessamos hoje um período em que são poucas as mobilizações amplas da população. Isso talvez explique o cenário observado no Grajaú no que diz respeito a uma característica que parece permear todas as associações comunitárias: a falta de articulação entre elas. O relacionamento recíproco só acontece em razão da convergência de uma atividade específica ou porque participam ao mesmo tempo de alguma parceria com outra organização externa que promova algum tipo de benefício.

As formas de articulação partem da iniciativa individual do presidente em se unir a outras lideranças do distrito por meio de fóruns, conselhos, movimentos e, principalmente, de partidos políticos.

Nesses espaços, se reúne um conjunto de pessoas mais interessadas e desejosas pelo exercício da cidadania que eventualmente estão vinculadas a uma associação de bairro. Uma parcela significativa desse conjunto participa em função da sua afinidade ou interesse com a temática daquele fórum, seja porque trabalha em questões afins, ou porque, por algum motivo, se sensibilizou com ela e passou a fazer parte do movimento.

Na pesquisa com os responsáveis por associações, 40 entrevistados (61,5%) participam de outras organizações ou movimentos sociais além de suas associações, sendo 46,9% no próprio distrito e 15,6% (dez entrevistados) em associações fora do distrito. 38,5% dos pesquisados (25 pessoas) disseram atuar apenas na própria associação.

Na época da entrevista, 27 dos responsáveis por organizações participavam de algum conselho, fórum regional ou municipal. Entre os citados estão: o Conselho ou Fórum da Criança e do Adolescente, citado por cinco pessoas; o Conselho da Saúde, citado por oito sendo quatro deles conselheiros gestores de Unidades Básicas de Saúde; o Conselho ou Movimento de Moradia, citado por dois responsáveis; o Conselho da Educação, citado uma vez; o Conselho gestor do Orçamento Participativo também uma vez; o do Telecentro, duas vezes; o Conselho de Segurança (Conseg), duas vezes; o Movimento de Transporte, duas vezes e Fórum de Cultura, citado por duas pessoas.

Dos conselhos observados na época da pesquisa, aqueles que detêm um maior dinamismo (continuidade de atividades e presença da população) são o Conselho de Saúde, os Fóruns da Criança e do Adolescente e o de Cultura.

Em meados de 2002, o movimento por moradia, que atua em nível regional e municipal, realizou diversas ações reivindicando agilidade do poder público federal na regularização do Programa de Arrendamento Residencial. Observa-se, no entanto, que é ainda pequeno o número de participantes que têm clareza sobre o significado e as demandas embutidas nesses espaços de participação e que, portanto, têm condições de agir com autonomia no encaminhamento de reivindicações e orientações quanto às políticas e aos serviços nas diversas áreas.

A atuação dos conselheiros populares se faz muito mais em cancelar as decisões tomadas pela parte governamental, fato que se deve possivelmente a sua formação recente. Os militantes mais antigos dos diversos movimentos, por sua vez, apesar de já possuírem uma formação nos muitos assuntos discutidos nos conselhos, passam a ficar cada vez mais sobrecarregados com a "avalanche" de atividades em suas agendas. Não encontram tempo suficiente nem sequer para se preparar sobre o tema das atividades das quais se dispõem a participar. Dado que a sua intervenção pessoal é mais ou menos significativa dependendo da sua maior ou menor compreensão e informação sobre a temática em questão, muitos conselhos perdem, assim, na qualidade de suas discussões.

Soma-se a isso a falta de uma articulação mais ampla entre eles o que possibilitaria uma divisão de trabalho mais razoável e uma atuação possivelmente mais incisiva nos espaços participativos e nas várias chamadas por parte dos órgãos administrativos.

Os movimentos e fóruns

Durante o período da pesquisa ocorreram no distrito ou região diversos acontecimentos relacionados a participação da população nos conselhos. Entre eles destacamos a Conferência Regional de Habitação, em agosto de 2001 e a Conferência Municipal de Saúde, em novembro de 2001 que congregou um grande público e elegeu cerca de mil representantes para os conselhos. Do Grajaú participaram diversos delegados, e na região, houve as eleições para conselhos gestores em nível regional.

Em cada uma das Unidades Básicas(UB) do distrito foram realizadas diversas reuniões, com participação dos profissionais e agentes de saúde, de escolas e da liderança, para a eleição dos conselhos gestores dessas UBs e foi realizado o processo para formação conselho distrital (estes dois últimos instituídos pela Lei nº 13.325, aprovada na Câmara Municipal em 8 de fevereiro de 2002).

A rearticulação do movimento popular para uma intervenção mais propositiva no distrito e para a configuração deste conselho também pode ser percebida. O Fórum de Saúde da região se reuniu mensalmente para discussões dos encaminhamentos, dentro do período pesquisado, e também iniciou na região, em maio de 2002, um programa de capacitação dos conselheiros e participantes do movimento popular.

O Fórum da Criança e do Adolescente, que se também se reúne mensalmente, teve ampliado o seu número de participantes, com os debates para a eleição do Conselho Tutelar (realizado em abril de 2002), discussões da sua intervenção a este conselho e à administração quanto aos problemas do distrito dentro dessa temática. Das cinco pessoas indicadas por este fórum foram eleitos quatro conselheiros tutelares. O Fórum tem uma plenária bastante concorrida e uma coordenação executiva. Se instituiu numa ação ampliada de fiscalização da atuação dos conselheiros tutelares e de colaboração nas ações, demandas e problemas que surgem na comunidade e no atendimento dos problemas afins.

O Movimento por Moradia esteve dinamizado, particularmente, pela iniciativa de algumas associações na reabertura de inscrições para terrenos e casas populares, como forma de pressão diante do poder público para definir políticas mais precisas neste setor. Em maio de 2002, houve uma intensificação das ações do movimento no município, que luta por mais agilidade do poder público e maior participação no Programa de Arrendamento Residencial (PAR) do governo bem como pela a regularização de programas destinados à população mais carente e "sem-teto".

Entre 10 e 11 de junho de 2002, várias ocupações ocorreram na cidade nos prédios do centro e em terrenos vazios nos bairros. O movimento da Zona Sul, onde participam lideranças do Grajaú, ocupou um terreno no Jardim São Luiz, na Região do Campo Limpo. No dia 12 de junho foi aberto diálogo pela diretoria de habitação da Caixa Econômica com lideranças que se deslocaram até Brasília para essa negociação (*O Estado de S. Paulo*, 9.5; 11.2, 12.6.2002). Conforme a representante da Zonal Sul-2 (Capela do Socorro), a reivindicação que os participantes levaram foi a de programas que contemplem famílias de renda mais baixa. A demanda atual para o atual Programa de Arrendamento Residencial (PAR), é pela especificação de três faixas de renda: famílias de 0 a 3 salários mínimos (SM), de 3 a 6 e de 6 em diante.

Ocorreram também as reuniões do Movimento de Transportes, em particular nos bairros formados pelas recentes ocupações. O Fórum Regional de Cultura, que reúne grande parcela de grupos e pessoas que se dedicam a atividades culturais e que em consonância com a Casa de Cultura, intentam implementar espaços de apresentações artísticas, mostras, etc. tam-

bém se mobilizou neste período. Eles são para onde se dirige uma parte dos grupos jovens.

Esse fórum iniciou as suas atividades em seguida da posse da nova administração regional e esteve abrigado em uma sala precária dentro do Autódromo do Interlagos. Posteriormente conquistou um espaço específico, bastante amplo, a Casa da Cultura de Interlagos, situada na Cidade Dutra, que atende toda a região da Capela do Socorro. A gestão da atual coordenadora da cultura, apoiando-se no fórum, tem promovido uma série de iniciativas culturais com a comunidade da região. Na área da cultura também se destacam as atividades da Associação dos Moradores da Ilha do Bororé (Amib), que promove, mensalmente, um encontro de apresentações musicais, teatro, capoeira, poesias, etc. que dura o dia todo.

Registram-se ainda ações mais localizadas, das quais não se pretende aqui ter o levantamento esgotado:

Na área ambiental, na península do Bororé, articula-se o programa de Gestão Ambiental Participativa na Península do Bororé, conhecido como Ecoativa, que foi uma iniciativa da comunidade local organizada pelo Movimento Humanista, na Amib, lançado em 1996. Essa iniciativa resultou numa parceria entre a Amib e a Empresa Municipal de Água e Energia (Emae) e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA), em janeiro 2000, dado a persistência da comunidade e de técnicos de base do poder público. A Ecoativa apóia-se hoje no Fórum de Gestão Ambiental Participativa e realiza reuniões mensais com órgãos públicos parceiros e com universitários da Unisa que atuam no local.

Iniciativas que poderíamos conceituar como "de resistência" como a Associação Morar e Preservar que aglutina os moradores de uma área liberada para assentamento também ocorreram durante o período da gestão Erundina. A associação foi incumbida de organizar-se, realizando uma vigilância na área para impedir novas ocupações, enquanto acumulavam pautas de reivindicações para a continuidade do próprio projeto, que ficou apenas iniciado. O projeto consistia na implantação de parque ambiental e infra-estrutura mais adequada ao bairro além de liberação de novas áreas para novos assentamentos. Da previsão inicial, mil moradias, estão construídas quatrocentas.

Consta ainda, que sendo a região margeada pelas duas represas (Billings e Guarapiranga), alguns presidentes de associações participam com o subcomitê de Bacia do Alto Tietê, que tem um conselho gestor tripartite (Estado, Município e Sociedade Civil). Suas falas porém, remetem a uma instância ainda bastante centralizada e de atuação restrita enquanto representantes, geralmente apenas chancelando decisões tomadas a priori pelos representantes governamentais (não se acompanhou nesta pesquisa as ações desse comitê).

As instâncias partidárias

Entre as forças atuantes da região há que se levarem conta ainda, as ações das estruturas de partidos e movimentos políticos no distrito.

Verificamos que, em sua maioria, as lideranças mais ativas possuem um perfil político forte, em particular, ligado ao Partido dos Trabalhadores, que tem ampla rede de militantes e simpatizantes no distrito. Essa rede, no entanto, não é de forma alguma homogênea pois, há a formação de grupos e correntes de posições profundamente opostas (que se agregam em torno de nomes de figuras de destaque no partido, eleitas como vereadores municipais ou deputados¹¹).

¹¹ Dado corrente, no distrito, é sobre a supremacia da corrente liderada pelo atual secretário municipal Arselino Tato, distinta das propostas políticas encabeçadas pelos vereadores Ítalo Cardoso, Carlos Gian-nazi, Carlos Neder.

É principalmente dentro dessa estrutura partidária que são escolhidos os assessores e consultores da administração regional. Não é raro se deparar com acirradas críticas sobre essas escolhas, assim como as críticas à ação das pessoas e das políticas implementadas.

Além disso, parece que essa estrutura partidária tem interferência direta nas indicações para os espaços de representação onde entram as lideranças mais conhecidas, sejam elas vinculadas às associações de bairro ou aos movimentos setoriais. Evidentemente, isto não impede que afiliados ou simpatizantes de outros partidos também se candidatem e concorram. Políticos ligados ao PMDB e PSDB têm relações com afiliados e com algumas associações, entre eles Eduardo Trípoli, Fábio Feldman e Estima.

O Movimento Humanista¹² tem atuação presente na região. Começou atuando principalmente na área cultural, mas hoje tem interferência nos outros movimentos da região e nas ações das organizações comunitárias.

¹² O Movimento Humanista surgiu na década de 1960 na América do Sul, a partir de um grupo de jovens estudantes interessados em buscar respostas para a crise pessoal e social de forma não violenta. Esse movimento organizado por Mário Rodrigues Cobos, mais conhecido por Silo, propõe organizar-se de forma participativa, descentralizada, voluntária e autônoma diante de governos, partidos políticos, igrejas e empresas (Documento de Eduardo Freire, não publicado).

Por meio do perfil que adota cada responsável de alguma associação que este se torna mais ou menos informado ou convidado para as atividades, para as instâncias participativas, para candidatar-se como representante nos diversos conselhos gestores.

Nesse terreno vigoram, evidentemente, relações de trocas de favores e de clientelismo. Parlamentares, às vezes saídos do próprio meio, mantêm vínculos com as lideranças locais, nomeando-os como seus assessores através, informalmente, da destinação regular de um pagamento ou ajuda de custo. Às vezes, colaboram no encaminhamento de algum problema específico da localidade, mas na maioria das vezes, trocam as conquistas de direitos pelo marketing pessoal.

Não é raro algum equipamento ou benefício conquistado pela comunidade através de uma longa luta ser "adotado" por algum político, como se o benefício fosse resultado de sua ação. Aparecem faixas com seu nome ou a sua simples presença os apresenta como pais dos donos de conquistas que nada fizeram para alcançar. Sua imagem na hora da inauguração de uma escola por exemplo, negligencia e esconde todo o movimento da

população que teve que acontecer antes que a escola estivesse pronta, movimento esse em que não participam representando ou atendem quando demandados pelos eleitores cidadãos.

O problema é que mesmo nas relações mais bem intencionadas as vaidades e os interesses pessoais e eleitoreiros confundem-se com os interesses da comunidade. Misturam-se os deveres da representação com a sedução e o gozo do exercício do poder. Nesse emaranhado de vínculos (onde não se omitem as pressões financeiras), parece urgente uma discussão sobre a ética nas relações, a diferenciação dos papéis dos deveres e dos direitos de cada um – dos parlamentares, do governo, das lideranças e da comunidade –, daquilo que é público e do que é privado.

É também neste circuito que se estabelecem as relações com a gestão administrativa local ou municipal que convoca constantemente a presença das lideranças na apresentação de programas e no apoio às tarefas necessárias para a sua implantação. Porém, no plano do espaço público da participação, observa-se que as organizações populares têm sido chamadas muito mais para apoiar as ações propostas do que para uma realizar uma intervenção na formulação ou deliberação de projetos e políticas.

Outros pólos de aglutinação e ação

Como foi dito no início deste texto, foge ao escopo dessa pesquisa a realização do mapeamento de todas as redes de sociabilidades do distrito e os "nós" em que se articulam e se cruzam as relações que irradiam alguma ordem de influência ou poder. Constam para o registro:

A notável presença das igrejas, em especial a Universal e Batista, que expandem seus espaços de influência por todo o País, além dos tradicionais centros espíritas (um dos quais atua como organização comunitária) e terreiros de umbanda.

É inevitável lembrar também, da existência de outras redes e pólos de poder onde se articulam os traficantes de drogas e provavelmente as organizações criminosas. No entanto, é de se registrar que, embora não apareçam ostensivamente, pelo menos nas entrevistas desta pesquisa, as suas ações se fazem notar nas conversas com as lideranças. Ouvimos muitas narrativas de acontecimentos trágicos na região que envolvem todas as famílias de moradores como também os coordenadores das escolas que registram não só a presença e influência do tráfico no entorno da escola, como também relatam as ameaças às atitudes mais restritivas da direção escolar. Além disso, a presença dos traficantes se faz perceber no registrado e aparente aumento da violência no distrito.

Conselhos Gestores/ Fóruns de representantes existentes no distrito do Grajaú

Conselhos Gestores/ Fóruns	Âmbito	Composição	Caráter/consultivo/ deliberativo	Funcionamento	Frequência média	Situação atual
Orçamento participativo	Municipal	17 delegados da sociedade civil	Deliberativo			
Telecentro	Distrital/Pq.Cocaia	18 pessoas	Deliberativo			
Saúde						
Conselho distrital de Saúde	Distrital	12 titulares, 12 suplentes (6 da sociedade civil)	Deliberativo			Reunião mensal
Conselho Municipal de Saúde	Municipal	Representante do distrito	Deliberativo			
Conselhos gestores de UBS:	Unidades de saúde	16 pessoas. Da sociedade civil: 4 titulares e 4 suplentes				
UBs Jd. Mirna	Unidade	"	Deliberativo			
UBs Jd. 3 Corações	"	"	"			
UBs Jd. Eliana	"	"	"			
UBs Alcina P. Piza	"	"	"			
UBs Pq. Res. Cocaia	"	"	"			
CS II Jd. Castro Alves	"	"	"			
UBs Milton Aldred	"	"	"			
Educação						
Conselho Estadual						
Conselho Regional - NAE6	municipal					Não tem participação da sociedade civil
Conselhos de escola						Em processo de formação
Criança e Adolescente						
Conselho tutelar	Distrital	5 eleitos	Deliberativo			
Fórum da Criança e do Adolescente	Organização sociedade civil	executiva (10 pessoas)	Consultivo	reuniões mensais	60-70 pessoas.	Plenária mensal com 60-70 pessoas 1º sábado/mês

Habituação									
Fórum de Habituação	Distrital								
Conselho Regional de Habituação	Regional								
Meio Ambiente									
Comitê Bacia A.T.	Estadual	Tripartite	Deliberativo						
Subcomitê de Bacia do Alto Tietê	Regional - Billings			Reunião mensal					
Programa de Gestão Ambiental Participativa na Península do Bororé (Ecoativa)	Parceria AMIB/SMMA, EMAE	Comissão coordenadora c/2 da AMIB, 2 da SMMA e 2 EMAE	Deliberativo	Réunions mensais					
Cultura									
Fórum Regional	Regional CS	Grupos e pessoas ligadas à área	Opinativo						
Assistência Social									
Conselho A.S.	Regional	25-30 pessoas		mensais					3ª-4ª-feira/mês - entidades conveniadas e não conveniadas
Transporte									
Movimento Transporte com fórum recém criado	Distrital	Forma-se em 6.4.2002							
Segurança									
Conseg	Distrital								Sem atuação na época da pesquisa

As ações da nova gestão

Na eleição de 1999 é eleita como prefeita da cidade de São Paulo, Marta Suplicy do Partido dos Trabalhadores. Na Capela do Socorro, assume o mesmo administrador regional da época de Luiza Erundina (também pertencente ao partido na época em que foi eleita), sendo o aparato administrativo evidentemente reformatado quanto aos cargos de assessores diretos e consultores que deram início aos seus programas.

Tendo como lema a reconstrução da Capela do Socorro, uma de suas ações imediatas foi articular um Núcleo Intersecretarial da Capela do Socorro (NICS), que se apressou em organizar um diagnóstico da região administrativa, abrangendo a compilação de dados históricos, estatísticos, censitários gerais e também de secretarias e órgãos ligados ao setor público.

Esse núcleo dividiu o espaço da regional em Unidades de Planejamento Participativo (UPPs), e tem se esforçado para um levantamento de dados mais exaustivo de cada unidade, apoiado na proposta de "aproximar os órgãos da administração da comunidade e dos problemas, agilizando as soluções" (Informativo, mar. 2002). O NICS publica um informativo em forma de tablóide, amplamente distribuído na região, noticiando as ações do governo, da administração regional e das secretarias, além de manter uma página na Internet.

A comunicação entre a administração e a comunidade se faz principalmente por meio de folhetos e faixas nas ruas e também por meio de reuniões promovidas pela administração, chamando a liderança para apresentação de programas, avaliações e processos participativos (OP, Telecentro, além dos orientados pelas secretarias).

Em consonância com a gestão municipal, a administração regional passou a implementar os programas da proposta de governo, como a criação do Conselho Gestor do Orçamento Participativo entre outros programas sociais.

Articulada com as secretarias municipais, no âmbito regional, organizou-se a Conferência de Habitação. No âmbito distrital, foram realizados

os procedimentos da conversão do sistema de atendimento à saúde do PAS para a reinstalação da integração ao SUS, além dos encaminhamentos para a formação dos conselhos gestores, em todos os níveis, até mesmo nas Unidades Básicas de Saúde.

Cabe uma observação de que do leque de ações promovidas na região, nos preocupamos menos com as pautas de programas definidos pela gestão e muito mais com o que as lideranças entenderam e se manifestaram sobre essa atuação e programas.

O orçamento participativo (OP)

O programa de OP foi lançado já no primeiro semestre de gestão, para definição de ações nas áreas da Saúde e Educação. Conforme informativo da Administração Regional, na Capela do Socorro, foram realizadas doze reuniões entre as preparatórias e as de eleição de prioridades, com uma participação de três mil pessoas.

No Grajaú, na primeira reunião estiveram presentes 690 pessoas sendo o primeiro local na região administrativa a definir as prioridades e eleger os delegados. Foram eleitos dezessete delegados (oito mulheres e nove homens) enquanto, na Capela do Socorro, o total foi de 82 delegados e dois conselheiros. O número de delegados eleitos, proporcionalmente ao número de moradores, foi menor no Grajaú que em outros distritos (em Parelheiros, com uma população menor, 28 foram eleitos, em Cidade Dutra, 29).

A administração justifica o número de pessoas presentes pelo fato de ser o primeiro na região, o que, por sua vez, estimulou maior mobilização e presença nos outros distritos da própria regional. Já os entrevistados nesta pesquisa avaliam que, tanto a divulgação, quanto a informação sobre o processo e os eventos foram extremamente precárias, pois para a assembléia de eleição, no Grajaú, a comunicação foi feita somente por faixas nas ruas, onde não constavam as datas dos eventos.

Além disso, na ocasião da plenária para a definição de prioridades, a demora para começar e as longas filas para inscrição (diante de um só computador), fez com que muitos moradores se cansassem da espera e fossem embora. Considera-se também a falta de entendimento por parte dos participantes de que o que contava para uma participação efetiva eram seus votos e não a mera inscrição e a assinatura na lista de presença.

Dentro da definição de prioridades da Capela, para a área da Saúde foram reivindicados: a construção de UBs, a implantação de serviços e especialidades e do programa Saúde da Família.

No Grajaú, foram indicadas a construção de duas novas unidades básicas de saúde (no Recanto Cocaia e na Chácara do Conde) e a implantação

do Programa de Saúde Familiar (PSF) no Cantinho do Céu, para os quais, até meados de 2002, estão apenas definidas as áreas a serem construídas as UBs, sem data para a construção. Na Educação, as indicações foram de construção de escolas de ensino fundamental, creches e implantação dos projetos Vida e Escola Aberta.

Há críticas quanto à forma como foram definidas as prioridades regionais, pela definição vinculada ao local (creche no bairro tal, rua tal) o que dificilmente será cumprido, segundo a própria regional. Entre as dificuldades alegadas constam a falta de terreno e a situação de área de mananciais.

Depois da reunião para a eleição dos conselheiros e do delineamento das prioridades regionais, alguns delegados afirmaram que não foram chamados para nenhuma outra atividade referente ao OP, durante todo o ano.

Em 2002, o programa de OP, teve uma ampliação em relação às suas áreas de intervenção e incluiu a fase das assembleias temáticas, que ocorreram em nível regional (não nos distritos). Em relação a falta de divulgação e informação, foram impressos pela administração folhetos informativos, além de realizados comunicados pelo correio e telefonemas para as organizações locais, reforçando a convocação da população. Outra modificação foi iniciar as assembleias de prioridades no âmbito de Unidade de Planejamento Participativo (UPP) no distrito. Note-se que esta pesquisa foi finalizada no começo deste ano.

As eleições dos conselhos gestores

Nas Unidades Básicas de Saúde foram chamados para as reuniões preparatórias, onde ocorrem a configuração de chapas e a eleição de representantes, trabalhadores da educação, agentes de saúde, representantes das organizações comunitárias, etc. Este conselho de Unidades é composto por dezesseis pessoas, sendo oito oriundos da sociedade civil (quatro titulares e quatro suplentes).

Na definição do conselho distrital (24 conselheiros, sendo doze da sociedade civil, seis titulares e seis suplentes), foram realizadas várias reuniões preparadas pelo movimento popular de saúde da região e as organizações e lideranças locais foram chamadas.

Nessas reuniões observam-se as dificuldades da parcela da sociedade civil, mais desfavorecida, em apreender e atuar nesses espaços de participação. A dificuldade reside no fato de que a negociação das demandas da população se personaliza nos seus representantes que devem dialogar com a outra parcela (governamental). O representantes do governo, além de terem muito mais domínio sobre os mecanismos e linguagem envolvidos, estão há muito tempo acostumados com uma forma de decisão da qual eram os únicos a opinar.

Os programas sociais: Renda Mínima, Bolsa Trabalho e Começar de Novo

Em 2001, estes programas foram destinados ao distrito do Grajaú e em 2002 foram implementados em Parelheiros. Segundo a administração no Grajaú, em setembro de 2001, 11,2 mil famílias, com crianças matriculadas em escola pública, receberam através do Programa Renda Mínima, cerca de R\$ 113,00 reais cada uma. Foram beneficiadas 1,2 mil pessoas com o Começar de Novo (programa para adultos desempregados com mais de 40 anos), e 1,1 mil pessoas foram atendidas com o Bolsa Trabalho, um programa para jovens que colaboram com os trabalhos da própria administração.

O noticiário *Destaques em 2001*, informe do NICS, anuncia:

Programas sociais	cadastrados	beneficiados
Renda Mínima	15,324	11,700
Bolsa Trabalho	2,452	2,095
Começar de Novo	5,785	3,315

Embora grande parte do cadastramento para esses programas em 2001 tenha sido realizado na sede da Administração Regional, foi também solicitada a colaboração de algumas associações comunitárias. Para o ano de 2002, foi aberto novo cadastramento e definidos os distritos de Cidade Dutra e Socorro como beneficiados pelos três programas, onde se inscreveram 22.348 pessoas.

O Telecentro 2001

No final de 2001, foi criado no distrito do Grajaú o Telecentro, um espaço com computadores e instrutores dispostos a levar adiante um programa de "alfabetização digital", o Mova digital. A proposta é a de capacitar pessoas no uso da informática e facilitar o acesso à informação. Há também o interesse em realizar um mapeamento de tudo o que existe no distrito, até mesmo as organizações autônomas, tarefa que ficou a cargo do Instituto Lidas (uma ONG da Zona Sul). Ao mesmo tempo, vários atores participantes disponibilizariam computadores em suas organizações para que houvesse maior tempo de acesso, visando maior comunicação entre as pessoas e as organizações.

Para a administração do local, bem como para o provimento da organização dos cursos e atendimento dos interessados, foi chamado um conselho gestor de representantes, além de voluntários da sociedade civil. A partir de sua instalação, 1.502 pessoas foram inscritas e a procura pelos interessados, particularmente os jovens é ainda constante.

Programa de instalação de usina de reciclagem de lixo

Durante o período da pesquisa, esse programa esteve em andamento por meio de um assessor da administração em contato com algumas entidades interessadas na separação e tratamento do lixo reciclável no Grajaú. O problema maior tem sido encontrar um local disponível na região para a instalação de uma usina de reciclagem e a criação de uma cooperativa.

A relação com as lideranças locais

Nas reuniões com os representantes de associações comunitárias e lideranças promovidas por esta pesquisa-ação, registramos suas manifestações quanto às relações com a atual administração, ou com os órgãos do governo municipal.

No geral, as lideranças reconhecem que existe, por parte da administração, um empenho em promover melhorias na região, particularmente quando comparado às duas gestões anteriores (de Paulo Maluf e Celso Pitta, do PFL). Porém, há críticas quanto à forma de condução e de implantação dos programas de governo (OP, Telecentro) e principalmente quanto aos procedimentos autoritários por parte de assessores e coordenadores de diversos órgãos municipais que têm postos (seções) no distrito.

As modificações processadas no sistema de atendimento à saúde implementado no âmbito do município, têm as melhores avaliações. Mesmo assim, ainda constam críticas sobre a prerrogativa de alguns programas (como o PSF) ou quanto à conduta de um ou outro dirigente de postos, além da inevitável constatação da necessidade de ampliação deste atendimento, que parece estar muito aquém do que a gestão propõe.

No que toca às organizações, a administração regional, através do administrador ou de seus assessores e responsáveis por órgãos públicos no distrito, têm feito convocações constantes para reuniões com o fim de anunciar programas a serem implantados. Até mesmo uma prestação de contas do ano de 2001 foi apresentada nesses encontros.

No entanto, segundo as lideranças, o diálogo entre as organizações e a administração não é aberto: "são fundamentalmente falas de mão única", dizem. "Anuncia-se ou, quando questionados pelos participantes, defende-se, mas dificilmente se discute. Por exemplo, na prestação de contas das atividades da administração, após um ano de gestão, a comunidade foi chamada apenas para ouvir, e não se abriu a palavra aos participantes."

Segundo informam, em nenhum momento a administração regional se preocupou em chamar as organizações para expor seu programa de ativi-

dades, ou ao menos para anunciar, antecipadamente, uma agenda que contasse com a colaboração das organizações e lideranças. Normalmente são informados sobre os eventos em um prazo exíguo.

As lideranças apontam a falta de um comunicado de planejamento de ações a serem implementadas a longo prazo, pois tanto poderiam contribuir com sugestões nessa agenda, quanto estruturar melhor suas próprias ações para uma participação mais efetiva.

Quanto às secretarias e órgãos do governo a relação também se estabelece transitando entre mais ou menos explicações, restritas à habilidade maior ou menor de um ou outro secretário, porém a sua intervenção tem sido principalmente para argumentar a justiça de suas próprias propostas.

É louvável o fato de o governo vir a público anunciar suas políticas e até mesmo prestar contas para a população. No entanto, se essa conduta significa um avanço em relação às atitudes dos dois governos anteriores, ainda assim não estão satisfazendo a expectativa de impulsionar as formas de representação mais democráticas.

Para que essa representação democrática se concretiza de fato é essencial uma melhor definição daquilo que a administração municipal compreende por participação e democracia. Ou seja, o que as lideranças esperam do poder público é mais clareza e transparência nas políticas e nas ações, mais informações objetivas a respeito de suas propostas que deverão ser objeto de consulta popular, bem como dos procedimentos para sua realização.

Sendo assim, é fundamental que a administração se preocupe com o fornecimento de dados e dos elementos que compõem a argumentação para a implantação das políticas e que possibilite a previsão de tempo hábil para as lideranças se informarem e opinarem sobre os processos em curso (considerando que o tempo e o entendimento das lideranças e da população são distintos daqueles dos técnicos e dos políticos). É importante também que torne mais acessíveis os locais para reuniões das lideranças e da população local e, principalmente, que criem, cada vez mais, condições para o diálogo com a população.

No debate promovido por esta pesquisa com as associações, em abril de 2002, foi proposta uma discussão sobre a relação das organizações com o poder público, onde se exemplificou um procedimento constante que observam na ação na administração regional: "...vou até lá com uma demanda, por exemplo, para a limpeza de um terreno baldio no bairro e volto com a incumbência de organizar os moradores para que procedam à limpeza e resolvam o problema, e ainda façam uma coleta para alugar um caminhão de transporte do entulho, etc."

À primeira vista tal procedimento da administração não parece inteiramente reprovável, pois estaria estimulando a participação da comunidade na solução de seus problemas. Dadas as condições em que esta

gestão encontrou a região, seria impensável esperar que pudesse atender prontamente à quantidade de problemas que se apresentam em todos os níveis.

O que se observa é que a administração supõe uma comunidade muito mais organizada, ou mais disposta a colaborar do que ela realmente é, ainda mais em relação a ações imediatas. Além disso, para as lideranças, já pressionadas pelas suas tarefas, encarregar-se também de mobilizar o trabalho voluntário da população para serviços que já são pagos por meio dos impostos, nem sempre é uma tarefa possível. Na reunião com as organizações, em dezembro de 2001, surgiu a seguinte questão: "quem banca a democracia participativa?".

Esta pergunta deve ser dirigida às ações da administração regional ou municipal, em vista dos projetos que se propõe a desenvolver na região, até mesmo os participativos. A atuação nos conselhos, no gerenciamento do Telecentro, etc., atividades que se baseiam no trabalho voluntário dos moradores e têm como principal foco as organizações e lideranças locais, são dispendiosas. Considerando a quantidade de tempo demandado e principalmente os deslocamentos que essas lideranças devem fazer para realizar essa atuação, podemos encontrar no valor das passagens de ônibus que são pagas pelos próprios cidadãos, grande barreiras para sua participação nas reuniões.

Por outro lado, essas lideranças constataam a falta de uma maior participação por parte da própria comunidade, mesmo daquelas pessoas que se mobilizam nas ações do bairro. Essa falta de participação nos conselhos faz recair sobre uma ou duas pessoas das associações ou movimento, atividades que poderiam estar melhor distribuídas entre as pessoas. "Os moradores só se mobilizam quando identificam um problema muito concreto em sua localidade e que exige uma solução imediata. Respondem razoavelmente a um chamado para realizar um mutirão, mas são poucos os que se dispõem a se deslocar para outros locais, ou para assistir reuniões".

Alem do mais, os participantes desta pesquisa observam que não é raro ver iniciativas tomadas pela população sendo propagadas como feitos da administração, quando não por algum vereador que coloca a sua faixa, adotando a paternidade dos feitos, às vezes com a anuência da administração.

Como relatado em capítulos anteriores, é longa a trajetória dos movimentos sociais no distrito: o avanço dos movimentos reivindicativos com grande mobilização popular, nas décadas de 1970 e 1980, construiu práticas que permitiram nomear o nascimento dos novos movimentos sociais, nos quais os atores reunidos nos movimentos populares e sindicais ocuparam o espaço público trazendo suas reivindicações de cidadãos (Sader, 1988; Telles, 2000; Santos, 2002), inscrevendo-as

até na Constituição de 1988. Nesta se registram não apenas a ampliação desses direitos como as formas de gestão abertas à participação popular na definição das políticas e dos gastos públicos, inscrevendo-as também nas legendas e programas de partidos políticos que se propõem a representá-los.

Engajadas na realização dessa institucionalização e nas oportunidades abertas com a vitória de partidos políticos da esquerda para a administração, as lideranças se confrontaram com novos problemas. Eles são verificados tanto na transformação dos espaços de negociação, que passam a exigir novos saberes e comportamentos, quanto em decorrência de sua própria militância, que abre, para uma parte dessas, a participação nas instâncias do próprio poder público. Poder este que outrora se configurava muito mais nitidamente como um "o outro espaço", ou o espaço de conflito: essa possibilidade do trânsito entre sociedade civil e Estado, às vezes, obscurece e ofusca suas contradições.

O período mais recente parece colocar novas interrogações: uma parte das demandas e, até mesmo, os espaços de negociação de políticas públicas, reivindicados e conquistados pela mobilização popular, aparecem no cenário como que outorgados a partir do poder público. Ele chama por maior participação da população, embora essa participação seja restrita e balizada pelas propostas resultantes da composição política do Legislativo e das correntes político-partidárias.

Atarantadas por tantas solicitações, as lideranças sociais mais atuantes se encontram de frente com os desafios colocados na construção, tanto de sua representação com a comunidade, que somente se efetiva pela contínua reiteração, quanto da necessária autonomia da sociedade civil diante do aparelho do Estado. É esta parte da sociedade civil que compõe grande parcela da população crescentemente excluída de seus direitos e do acesso aos bens públicos necessários para sua sobrevivência.

Essa polêmica sobre independência e autonomia do movimento popular diante do Estado tem sido colocada para algumas instâncias do movimento, como o de saúde (na distinção entre os Conselhos Gestores e os Conselhos Populares De Saúde) e em alguns fóruns como o da Criança e do Adolescente e da Cultura.

O problema que se coloca não é somente de se colocar como oposição, embora esta seja necessária em diversos momentos e instâncias. Na exploração das diferenças que é possível construir melhores espaços para o diálogo e negociação, especialmente quando o cenário é de colaboração e boa vontade do poder público.

As prioridades das associações e a atual gestão

Prioridades do distrito

Pedimos em nossos questionários uma lista de até cinco prioridades para o distrito dando um peso para cada resposta, observemos as indicações:

Educação	128
Segurança	111
Saneamento básico	96
Saúde / Saúde (PSF, UBs)	94
Transporte	85
Asfalto/arruamento	82
Regularização de lotes/mananciais	71
Lazer	65
Emprego	57
Creche	52
Iluminação de ruas	34
Cultura	22
Regularização de endereço/CEP	9
Infra-estrutura para associações	8
Preservação do ambiente	5
Moradia	5
Informação dos moradores	5
Educação ambiental	5
Duplicação da Belmira Marins	5
Esporte	4
Urbanização	3
Reciclagem do lixo	3
Invasões	3
Integração das associações	3
Participação	2
Organização dos moradores	2
Atenção c/ portadores de necessidades especiais	1

Educação

O principal problema do distrito, segundo a indicação dos responsáveis pelas associações, é a educação: a falta de escolas e de equipamentos disponíveis nos bairros. Eles entendem que a educação é um dos maiores antídotos para a atual situação dramática da competição acirrada no mercado de trabalho, da violência e da falta de cidadania. Nesse sentido, também colocam dúvidas sobre a qualidade do ensino praticado com suas crianças e jovens. Os jovens manifestam sua expectativa em capacitar-se para uma melhor inserção no mercado de trabalho e para ampliar os seus conhecimentos e cultura.

Quando perguntados a respeito das mudanças provocadas pela nova gestão na área de educação, os entrevistados não parecem identificar nenhuma senão o fato de algumas escolas terem iniciado o programa "Escola Aberta", que é bem conceituado. Esse programa depende da disponibilidade das dependências escolares durante os finais de semana, quando nelas são levadas diversas atividades por pessoas da comunidade e por alguns professores dispostos a realizá-las.

Nas definições do Orçamento Participativo a construção de escolas de nível fundamental será destinada ao distrito de Parelheiros, e segundo consta, nas escolas já existentes no distrito ocorreu um remanejamento dos horários para que o número de vagas fosse ampliado.

Conforme informação da AR-CS, no distrito encontram-se os seguintes equipamentos:

EMEIS – Escolas Municipais de Educação Infantil	8
Escolas Municipais de Ensino Fundamental	9
Escolas Estaduais com Ensino de 1º Grau	18
Escolas Estaduais com Ensino de 1º e 2º Graus	4
Escolas com Ensino 1º Grau e Supletivo	8
Escolas com Ensino 1º Grau, Pré-escolar, Classes especiais para portadores de deficiência – Supletivo	1
Escolas com Ensino 1º Grau, Classes especiais para portadores de deficiência	4
Escolas com Ensino 1º e 2º Grau e Classes especiais para portadores de deficiência	4
Creches municipais	9
Creches conveniadas	8
Centros de juventude	7
Centros Desportivos Municipais – CDM	3

EDUCAÇÃO – A localização desses equipamentos de educação encontram-se no Anexo I.

Não se dispõe de dados específicos para o distrito sobre o número de estudantes e de professores. Segundo a Administração Regional, de acordo com o Núcleo de Ação Educativa – NAE 6, na Capela do Socorro, existem 26 escolas municipais de ensino fundamental e 21 escolas municipais de educação infantil. O número de alunos estão dispostos no quadro abaixo.

Quadro Comparativo do Atendimento – 2000-2001

Tipos	Alunos atendidos		Alunos não atendidos
	2000	2001	
Ensino regular	66.125	70.832	4.707
Supl. I e II – pró-alfa	11.216	14.116	2.900
Educação infantil	18.129	22.192	4.063
Totais	95.470	107.190	11.670

Como se pode observar, este é o número de vagas oferecidas para os quatro distritos da região da Capela do Socorro. Entre estes, considera-se os distritos de Socorro e Cidade Dutra os mais equipados. Faltam aqui os números de alunos atendidos pelas escolas estaduais.

Para termos uma idéia da situação educacional do distrito, somente no Grajaú, segundo o Censo 2000, os números para a população em idade escolar são: existem 34.124 crianças entre 5 e 9 anos, 69.532, com idade entre 10 a 19 anos e 35.575, crianças entre 20 a 24 anos. (ver gráfico p.13).

Nas reuniões com as associações, os participantes indicaram que, além dos bairros de ocupação recente, onde não dispõem de qualquer equipamento educativo, observa-se a constante procura por vagas em creches e em cursos profissionalizantes, em todo o distrito. A administração regional argumenta sobre as dificuldades orçamentárias que a prefeitura enfrenta para atender à essa carência. Além disso, parte desses problemas se explica pela ocupação e adensamento populacional desordenado em áreas onde legalmente estão proibidas a provisão desses equipamentos, seja na área da educação, saúde, de saneamento, etc.

Segurança

As observações desse item remetem sempre ao crescimento da violência observado em todo o País, particularmente nas grandes metrópoles e, essencialmente, nas áreas de periferia. Nessas áreas, a violência é consequência de vários fatores, entre eles o problema das vias de acesso e circulação que, quando existem, são mal iluminadas, o policiamento restrito e, evidentemente, o crescimento dessa população, excluída dos acessos aos direitos básicos para a vida.

A questão importante que surgiu durante reuniões com as lideranças locais foi a de como abordar o tema. Se essa é uma questão de polícia, resolve-se com a reivindicação de maior efetivo de vigilância policial, mas se olharmos o problema a partir de uma maior organização da população podemos lembrar experiências bem-sucedidas onde a população, organizada em conselho local, cuida da própria segurança por meio da relação pessoal que se estabelece no bairro, apoiada pelo sistema de segurança oficial que se subordina ao conselho¹³.

No distrito existe formalmente um Conselho de Segurança (Conseg), do qual participaram alguns presidentes de associações comunitárias. As suas reuniões, no entanto, foram paralisadas quando um de seus membros foi assassinado.

¹³ Um registro desse tipo de experiência na Colômbia encontra-se no relatório: "Ustedes que construyen ciudad", 1998.

Saúde

Na área da Saúde, a atual gestão, em relação ao distrito, deu andamento aos procedimentos da conversão do PAS para a reinstalação da integração ao SUS, além de iniciar a configuração do Programa de Saúde da Família (PSF), com a contratação de agentes de saúde da região e a definição da equipe para este atendimento. Esse programa ainda está em período de instalação junto ao posto de saúde da Ilha do Bororé, o primeiro a ser implantado. A gestão atual também procedeu aos encaminhamentos para a formação dos conselhos gestores em todos os níveis.

No entendimento das lideranças esta é a área onde se manifestam mudanças mais visíveis com as modificações no próprio sistema. A reimplantação do SUS implicou, entre outras coisas, o remanejamento de alguns profissionais, a contratação temporária de outros, o levantamento das necessidades básicas em cada posto de saúde, e especialmente, o engajamento de alguns diretores de postos e profissionais no envolvimento com a população. Esse processo gerou uma preocupação maior com o estabelecimento de contatos com associações e escolas do entorno e mobilizou a população para atividades conjuntas, entre elas o processo para a eleição do Conselho Gestor da unidade. No distrito também houve a municipalização de um posto de saúde estadual.

Um dos problemas reconhecidos pela Prefeitura é a falta de profissionais na área, dada a dificuldade de contratação e a distância do distrito em relação ao centro da cidade, onde se localizam os melhores profissionais.

As lideranças consideram que houve uma melhora em relação ao sistema do PAS (da gestão anterior), mas observam problemas quanto ao atendimento, a falta de equipamentos e de atendimentos odontológicos e especializados. Se, por um lado, notam as condutas autoritárias por parte de alguns coordenadores, por outro, consideram pouca a atuação dos conselhos gestores de unidades (recém-eleitos) que, despre-

parados para essa nova função, se intimidam nas seções de discussão da gestão e se submetem às orientações programadas pelos gestores profissionais da área. Como já foi dito em outra parte, o movimento popular de saúde da região programou cursos em 2002, visando capacitar os conselheiros.

No quadro abaixo, os postos de atendimento de saúde existentes no distrito do Grajaú:

Administração	Unidades Básicas	Ambulatório de Especialidades	Pronto Socorro	Hospitais
Estado (OS)	Qualis – Jd. Varginha			Hospital Grajaú (**)
Prefeitura	CS II – Jd. Castro Alves (*)			
	UBs –Jd. Mirna	A.E. Milton Aldred	P.S. Maria Antonieta	
	UBs – Jd. Eliana			
	UBs – Alcina P. Piza			
	UBs – Jd. Três Corações			
	UBs – Pq. Resid. Cocaia			

(*) Unidade municipalizada em 2001.

(**) Hospital de Referência para toda a região de Capela do Socorro (178 leitos, para uma população de 673.976 habitantes).

Obs.: Existe um Atendimento às Crianças Aidéticas e Adultos Aidéticos (PRAIDS), no Jardim Eliana.

Moradia

A partir da informação de que o secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano, Paulo Teixeira, estava lançando em 15 de maio de 2002 o programa Morar Melhor, na Zona Leste - voltado para famílias com renda de até R\$ 2,4 mil por mês - rapidamente, algumas associações do Grajaú já anunciavam datas para a inscrição de interessados em moradia: enormes filas se formaram. Segundo um presidente de associação: "sabemos que não estão abertas inscrições pela prefeitura, mas o objetivo é coletar inscrições como forma de registrar a carência que enfrentamos e a necessidade de atendimento. [a inscrição] Também é um instrumento de pressão".

O débito de casas e terrenos no distrito pode ser observado visualmente, particularmente nas duas UPPs, mais ao sul do distrito: o adensamento da população é tamanho em função tanto da chegada de novas levas de população expulsas das áreas mais centrais, como também do fato de que os filhos dos ocupantes mais antigos terem crescido e formado novas famílias, subdividindo o pequeno terreno dos pais. No distrito, são raros os terrenos com uma só família morando. Se não dividem o terreno com suas famílias, as novas famílias se deslocam mais para baixo, em novas ocupações, algumas delas já sobre o entulho que se amontoa dentro dos braços da represa.

A referência ao problema da regularização dos terrenos aparece na maioria das entrevistas realizadas com as organizações comunitárias e é premente naquelas situadas nas áreas de ocupação mais recente. Nestas, o abastecimento de água e luz é feito por ligações clandestinas, puxadas de bairros às vezes distantes e de forma precária e perigosa. Sobre saneamento básico e outros equipamentos urbanos, nem se tem notícias na região. Consta-se também nas falas dos pesquisados, várias indicações sobre a regularização de ruas, que possibilitaria, entre outras coisas, a chegada do correio nas casas.

Há partes de bairros, mesmo nas proximidades da represa que, pela antiguidade da ocupação e pelas tantas ações movidas pelos moradores, já conseguiram alguma estrutura básica como o arruamento, água, luz, asfalto, etc. Todavia, quanto à propriedade dos terrenos onde estão as suas casas, a ilegalidade existe por quase todo o distrito.

Trata-se, portanto, da falta de regularização dos imóveis em áreas de proteção de mananciais e também da falta de regularização dos termos de propriedade dos (poucos) terrenos em áreas já legalizadas.

Quando estes dados foram colocados em pauta na reunião com as lideranças, observou-se mesmo entre os participantes, que a votação do Plano Diretor não despertou maior interesse, mesmo sabendo estar em curso na tramitação na Câmara Municipal. O que se ouviu, no máximo, foram perguntas em relação à algumas falas da prefeita sobre a intervenção nas áreas de favelas.

Por parte da população em geral, o entendimento sobre a questão da legalização do terreno está relacionado com a gleba inteira e, portanto, com o acesso aos serviços públicos, não havendo uma preocupação específica com o documento legitimando a propriedade do terreno de suas residências. Como suposta vantagem desse sistema ilegal e precário, a população vê na falta de cobrança de IPTU, uma conveniência imediata. Porém pode não estar se dando conta da possibilidade de eventual perda de tudo o que possuem no caso de uma ação mais rígida com relação à documentação de suas residências.

Em um encontro posterior foi realizado um debate com a urbanista Raquel Rolnik sobre o Plano Diretor e o direito à cidade, o que motivou os presentes a participar das reuniões sobre este plano.

Rolnik trouxe ao debate questões que, a nosso ver, são realmente prioritárias, em se tratando do Grajaú, cuja maior parte do território sequer deveria estar habitada, levando-se em conta as leis atuais de zoneamento. Porém o que se vê, como já foi dito, é um espaço densamente povoado que aglutina os moradores em favelas, ocupações irregulares em áreas de risco sem ter acesso a muitos (senão todos) os serviços básicos que em geral, são clandestinos.

A transferência dessa população para outras áreas, mesmo que envolvesse o maior empenho possível de toda a administração atual, é impen-sável, assim, como é inviável a suposta compensação por preservação de

outras áreas aventadas nos debates do Plano Diretor. Essa população está aí porque não tem para onde ir e muitas vezes, sequer tem o mínimo para viver. Ao prevalecer essa situação indefinida, os que aí vivem sequer podem ser considerados moradores, muito menos cidadãos. Nesse sentido, é do maior interesse o entendimento de quais são as políticas destinadas a esse território, quais as propostas de regularização de favelas, que destino será dado à população das margens da represa, e até mesmo dentro dela e das áreas de risco. Não se espera mesmo das lideranças que possam ler e compreender o longo texto técnico do Plano Diretor. O que deveria acontecer é um esclarecimento, por parte da administração municipal, sobre algumas questões específicas, que se elegessem os pontos básicos sobre os quais pudessem ser debatidas as demandas em conjunto com propostas mais claras que possam dizer respeito mais direto à situação do distrito.

Ambiente

Por serem áreas de mananciais, localizadas entre as duas grandes represas, o Grajaú e os outros distritos mais ao sul do município, seriam preferencialmente áreas de preservação ambiental, predominantemente rural, devendo ser ocupadas por alguns sítios e com programas destinados a áreas verdes e parques, conforme estabelece a legislação em vigor.

No entanto, como já descrito anteriormente, estas são áreas onde atualmente se acumulam problemas de toda ordem, dada a intensa ocupação por uma população que, mesmo diante de um investimento intensivo, dificilmente poderá ser deslocada para outros espaços, ao menos a curto prazo.

Espera-se a votação do Plano Diretor da Cidade para definir o que será feito. Segundo as lideranças, foram realizadas visitas da secretária do Meio Ambiente e da prefeita na região da represa. No entanto, não foi comunicada ainda uma política clara quanto ao que fazer neste campo.

Durante esta gestão, foi retomado o projeto de criação da Área de Proteção Ambiental (APA) do Capivari Monos, convertida em lei (Lei n.º 13.136, de 9 de junho de 2001). Toda a construção desse programa foi desenvolvida durante a gestão anterior, quando técnicos da área da saúde, que não haviam aderido ao PAS, somando-se a outros da área ambiental, retomaram o contato com a comunidade. Desse empenho sugeriram, no que tange ao distrito/região, dois projetos ambientais: o da APA do Capivari-Monos e o Programa de Gestão Ambiental Participativa da Península do Bororé (Eco-Ativa), embora sem o apoio do então Secretário do Meio Ambiente.

Quando a atual gestão tomou posse, uma parte daqueles técnicos foi remanejada da área de atuação e os profissionais da saúde voltaram para sua área, ficando este espaço administrado por pessoas sem o envolvimento com as organizações e a comunidade (E.Freire).

Quanto à APA, foi definido o conselho gestor formado por dez representantes da Sociedade Civil, distribuídos entre associações de moradores localizadas na APA, ONGs, sindicatos, setor empresarial, universidades e dez representantes do governo, por sua vez distribuídos entre diversas secretarias e autarquias municipais e estaduais (participa um representante de uma associação comunitária do Grajaú).

Com relação ao Eco-ativa, segundo a Amib, os técnicos reclamam que não está sendo trabalhada a renovação do convênio. O processo não tem ocorrido de forma democrática, ou seja, primeiro é definido o que se pretende fazer e só depois há a comunicação para a comunidade. Segundo informam, durante a gestão Pitta, os técnicos (não o alto escalão) procuravam fazer reuniões com a população para definir os programas.

Finalizando

Pretendendo conhecer as iniciativas de mobilização popular na defesa de direitos da cidadania este projeto partiu da indagação sobre quais formas de organização, de articulação e de resistência a população desenvolve em sua luta pelos direitos. Questionou também sobre como contribuir para a atuação das organizações populares mais autônomas e independentes nas negociações com o poder público, em relação às políticas que dizem respeito às condições de vida da comunidade.

Esse relatório termina com os processos em andamento, tanto no que se refere ao alcance das políticas públicas municipais propostas pela atual administração, em particular na região, quanto daqueles resultantes das aspirações maiores deste próprio projeto – a possibilidade de contribuir para o empoderamento da comunidade em defesa de seus direitos, com sua maior articulação e aprofundamento das questões referentes às demandas da comunidade e dos espaços de representação e negociação diante do poder público.

Assim se finaliza apontando alguns desafios e interrogações, sem pretender dar conta de toda a complexidade do universo pesquisado.

Transitando entre as pessoas diretamente envolvidas naquela realidade, encontramos propostas, vontades e ações, na maioria das vezes, cobertas pelas mesmas palavras, mas em muitos momentos, traduzidas por dicionários bastante diferentes.

Permanecendo no campo dos que minimamente se colocam como desafio o enfrentamento em âmbito coletivo desse quadro de exclusão social e econômica, de irregularidades e de enorme poluição ambiental, encontramos tanto os gestores e agentes da atual administração, em suas diferentes instâncias, quanto representantes na Câmara Municipal, dos partidos políticos e entre as lideranças de associações comunitárias e dos movimentos sociais.

Passando do âmbito da intencionalidade para as políticas e ações práticas, configuram-se os cenários de discordâncias e conflitos. O conflito parece latente e manifesta-se de forma fragmentária e em muitas expressões de descontentamento.

Da parte do poder público, tem havido uma série de iniciativas e propostas que investem no reconhecimento e colaboração de uma população que parece extremamente exaurida pelo acúmulo de problemas que enfrenta, e de lideranças que se defrontam com dificuldades em cumprir com as suas tarefas em conjunto com a extensa agenda que se lhes apresenta.

Como dissemos anteriormente, a administração municipal, desde sua posse, em 2001, cumpre uma pauta de implementação de suas propostas de governo, com os programas sociais e aqueles onde preconiza a participação popular. Esse são discutidos em plenárias e reuniões para debates, como ocorreu na implantação do SUS, no enfrentamento dos problemas dos transportes, na elaboração do Plano Diretor e criação dos vários dos conselhos (OP, Telecentro, conselhos de Unidades de Saúde, Criança e Adolescente, e outros), encontrando, no final, pouca resposta¹⁴.

Enquanto nos primeiros meses da gestão as lideranças e pessoas da comunidade compareceram em peso, como ocorreu nas plenárias do OP-2001 por exemplo, nas que se seguiram, a participação popular retraiu consideravelmente.

Um das causas para esse fato é a falta de divulgação e de maiores informações sobre o conteúdo dos eventos por parte da administração municipal. Como meio de divulgação, faz-se uso de algumas faixas nas ruas e folhetos enviados às associações também disponíveis na Regional. Para o OP-2002, os folhetos foram distribuídos também nos postos de saúde, mas a necessária comunicação entre o poder público e as organizações populares é ainda muito precária, carecendo de um projeto mais abrangente.

Os seminários regionais promovidos pela Câmara para debater o Plano Diretor da Cidade, agendados para o primeiro semestre de 2002, tiveram as datas de realização muito pouco divulgadas e o próprio Plano sequer chegou ao conhecimento das lideranças. A reunião prevista para a região da Capela do Socorro, foi desmarcada na véspera, sem comunicado, e realizou-se em outro dia, juntamente com a região de Santo Amaro, do qual participaram menos de vinte pessoas.

Aparentemente, o poder público esperaria encontrar uma população muito mais engajada e ativa do a que encontra neste momento.

Do que pudemos perceber, parte da população, apesar de muitos votantes no atual governo, "espera pra ver" os resultados concretos das políticas, embora, ao menos uma parte, responda relativamente bem a chamados para discutir as questões que lhes dizem respeito diretamente. Durante a pesquisa, em um dos bairros onde se procediam às mudanças no posto de saúde, as lideranças programaram um dia de mutirão para limpar e pintar as fachadas do posto e da escola ao lado, com grande participação da população do bairro.

Por outro lado, conforme os dados do distrito, percebe-se que grande parte da população, de ocupação mais recente, se constitui de setores que vivem em situação de extrema pobreza e carência de equipamentos básicos para a

¹⁴ Registra-se que, embora em menor número de vezes, também a Câmara Municipal e a Administração Estadual articulam alguns processos de participação.

vida como água, esgoto, arruamento, creches. Essa população é dependente e fica à mercê de condições e acordos (com empreiteiros, com a fiscalização, com vizinhos, etc.) que lhes viabilizem se sentir como moradores de uma localidade. A dura batalha para garantir a sobrevivência de cada dia provavelmente sequer lhes permite os considerar como pessoas que têm direitos.

Contudo, mesmo nesses locais, encontramos pessoas que se mobilizam para agregar a população, encontrar algumas soluções, e tentam melhorar a tão dura realidade. Parece, porém evidente, que a participação desses que mais precisam dela ainda requer o acesso às condições minimamente dignas para viver e um longo trajeto de compreensão dos seus direitos de cidadania.

Na fala das lideranças, a função das reuniões e plenárias que a administração convoca têm sido muito mais úteis para a comunicação de suas políticas, de realizações ou das dificuldades orçamentárias para estas, do que para uma consulta e participação efetiva.

Não parece muito claro o significado que o governo dá às palavras "participação popular" e "democracia", que adjetivam os *slogans* da gestão. As tantas chamadas e reuniões nas quais se espera apenas a presença física ou o consentimento, não parecem suficiente, nem educativas, e sequer começam a arranhar essa dura crosta de nossa cultura de autoritarismo, paternalismo, submissão e indiferença. Ao mesmo tempo é de se perguntar se essa quantidade de chamadas e de longas reuniões explanatórias, sem a instituição do debate, não cria uma lógica de ocupar as lideranças em inúmeras funções não deliberativas, preenchendo uma extensa agenda de atividades, o que as afasta de seu papel de construir sua representação com a população da qual, em tese, são interlocutores.

Não se desconhecem as dificuldades e desafios que esta administração enfrenta no seu propósito de "reconstruir" uma cidade onde se acumulam quase ao infinito os problemas, em particular nessas áreas mais pobres, assim como sua necessidade de se mostrar eficiente aos olhos dos munícipes. No entanto, nos questionamos se, em nome de eficácia na tomada de decisões, não se excluem uma vez mais aqueles que são o centro declarado da ação política.

Da parte das lideranças, o que demandam é maior clareza nas políticas, mais informação de suas datas e dos seus conteúdos, divulgação de agendas em tempo hábil para sua própria preparação, visto que o tempo da ação das lideranças com a população é bastante distinto daquele dos técnicos e administradores.

É importante insistir no papel central do conhecimento e da informação para a construção democrática: da divulgação dos acontecimentos aos conteúdos e argumentos das políticas e processos adotados.

Muito já se falou sobre a posse do conhecimento e informação como forma de exercício do poder, que tem legitimado toda sorte de ações e desmandos "em nome do bem comum". E aqui se remete tanto à disponi-

bilidade das informações, quanto à qualidade e clareza destas e a necessidade de se ampliar o conhecimento que possibilite ainda sua leitura.

Também faz sentido quando as lideranças interrogam sobre "quem banca a democracia participativa". Não se advoga com isso que os papéis de representação e participação devam ser remunerados, mas compreendendo as condições em que essa parte da sociedade sobrevive, quando os simples gastos com transportes competem com o alimento de seus filhos, é superficial argumentar sobre a necessidade de encontrar algum meio para o suporte de despesas.

E não seria demais prever um orçamento para que essas lideranças pudessem realizar encontros entre si para divulgar suas próprias propostas e comunicados para a população.

As associações comunitárias - em seus diversos perfis, suas parcerias e convênios - empreendem uma série de iniciativas que lhes ocupam muito tempo e energia, em particular a participação nos programas de distribuição de leite e cestas básicas, de alfabetização, e no encaminhamento de demandas dos moradores às administrações públicas. Atuam muito mais individualmente, pois não se articulam entre si, para a formulação de suas demandas e negociação com o poder público. Se por um lado, é interessante que as associações possam levar algumas melhorias às comunidades, tais atividades acabam por lhes retirar tempo e parte do seu caráter organizativo e formador com os moradores, que a nosso ver, necessariamente precisam ser buscados.

As lideranças das associações e movimentos sociais participam em diversas formas de articulação como os conselhos, fóruns e movimentos nas áreas temáticas, guiadas pela lógica setorial e fragmentária da administração pública. Ainda quanto aos conselhos e fóruns, tendo sido instituídos em lei como exigência dos movimentos populares, sua efetiva implantação depende das decisões mais ou menos flexíveis de um ou outro governante, mais ou menos aberto a tais formas de participação.

Após duas gestões avessas a essas prerrogativas, é apenas na atual administração que se estabelecem como organismos gestores regularizados no município.

Para a atuação dessas instâncias as lideranças se reorganizam ainda timidamente, muito mais para presenciar e tentar entender os seus contextos. Quanto à participação nos conselhos, esta ainda é bastante precária, mesmo a compreensão do seu próprio papel naqueles espaços. Sabe-se que muitos dos conselheiros atuam mais na chancela das propostas dos conselheiros da parcela governamental, ou, quando possível, na dependência de alguns companheiros mais esclarecidos.

É reconhecida a importância de uma maior capacitação para a compreensão dos processos e procedimentos desses espaços institucionalizados de negociação de interesses e demandas diversos, quando não conflitantes, para que formem opiniões próprias e para que opinem sobre os parâmetros que instituem e balizam tais processos.

Resta ainda o desafio de consolidar as instâncias de consultas e retornos dessa atuação com a população que o conselheiro ou delegado representa.

Acrescenta-se, ainda, a intervenção dos partidos políticos, em seus diversos matizes, aos quais se filia grande parte dos líderes locais, e também dos parlamentares sobre esse universo.

Sabe-se que é longa a tradição do envolvimento partidário nos movimentos populares, assim como, de suas lideranças, vários integrantes se tornaram vereadores, deputados. Com a vitória do PT nas eleições, muitos passaram a ocupar cargos no governo e os que não o fizeram têm lá os companheiros, além do notório empenho em apoiar, por princípio, o próprio governo que ajudaram a eleger.

São consideráveis as dificuldades para as lideranças populares se situarem nessa teia de relações, que muitas vezes embaralham as posições e condutas.

Por um lado, é certo que as associações e movimentos têm por objetivo o alcance dos resultados para as demandas e muitas vezes consideram que a interação com parlamentares contribui para elevar a possibilidade de obtê-lo. Entretanto, esse mecanismo de vinculação carrega, na maioria das vezes, o atrelamento ao apoio indiscriminado aos parlamentares, submetendo o movimento aos interesses eleitorais.

Por outro lado, observou-se na pesquisa, a sobreposição das decisões de instâncias partidárias sobre a atuação dos fóruns e conselhos em consultas e eleições.

Evidentemente, é fértil e muito instrutiva a presença de posições políticas diversas, conflitantes, opostas, quando encontram e criam espaços públicos onde possam circular e se confrontar os argumentos que as sustentam. Porém, problemas aparecem quando tais espaços públicos não evoluem e decisões tomadas em gabinetes ou células partidárias simulam resultados de consultas populares, ou quando reiteram antigas práticas clientelistas.

Nesse sentido, se reitera a urgência do enfrentamento do debate sobre a ética na política, a diferenciação dos interesses pessoais e coletivos, do privado e do público, dos lugares do governo, dos parlamentares, da liderança e da comunidade. O clientelismo, como se sabe, é uma relação que compreende, no mínimo, dois lados: aqueles que desfrutam de situações de poder e negociam e aqueles que aceitam (e reproduzem essa relação), muitas vezes, revestidos das melhores intenções.

Parece necessário retomar o significado dos direitos de cidadania. Assim, também entre as lideranças, as palavras "participação popular" e "representação" carecem ser mais debatidas. Se, por um lado, há apreensão e descontentamento que se mapeiam pela escassez de informação e dificuldade de diálogos diante das instâncias governamentais, por outro, se descuidam do fortalecimento de suas bases, das práticas de consulta e o retorno à população das demandas e proposições que conduzem e

negociam em seu nome e das políticas que advogam, o que ainda contribuiria para maior envolvimento da população e para formação de novas lideranças.

Retomando o que foi dito no início deste capítulo, também restam muitas indagações sobre como se realizam as proposições que guiam este projeto, quais sejam, de contribuir para o fortalecimento e maior articulação das organizações e movimentos em sua relação com os poderes públicos, com maior capacidade propositiva e autonomia.

Em certa medida, a questão remete ao papel das ONGs e outras entidades com o movimento social. A contribuição maior que se identifica está na possibilidade de ampliar o acesso ao conhecimento e informação, colaborando para a sua democratização e, ao mesmo tempo, atuar e se expor ao diálogo e ao debate de posições políticas e posturas nas práticas definidas nos coletivos em que se realizam as atividades.

Quanto à autonomia, parece um conceito em construção, se não é ela própria, em princípio, um *processo* em eterna construção, uma ação contínua e reiterada de análise, de crítica e de criatividade, do qual ainda temos muito a aprender. Do conceito parece mais fácil dizer o que não é do que o que é.

Boaventura de Souza Santos (2002, p.534) alerta que "a autonomia não pode ser concebida como espontaneidade popular, como uma capacidade nata de organizar pessoas pobres em comunidades degradadas, sem o apoio ou a influencia de forças políticas externas devidamente organizadas". Este autor e também Felix Guattari (1986) investem na necessidade do movimento popular estabelecer relações com as demais forças políticas e (novas) alianças.

Para Guattari tais relações direcionam as formações políticas e sindicais, numa ação contínua de "dissidência analítica" sobre o conjunto da sociedade, até mesmo os partidos e os sindicatos que se aliam. Nos dizeres de Santos, "a autonomia deve antes ser entendida como a capacidade popular de canalizar apoio externo e de colocá-lo a serviço de objetivos, exigências e agendas gerados no seio das comunidades".

No decorrer deste capítulo foram apontadas várias situações de embaralhamento entre as diversas instâncias de atuação (de lideranças, dos partidos políticos, dos parlamentares e do poder público) e de exercício do poder, e é importante enfatizar que não se espera que os movimentos populares se instituem em pólos de virtudes, entendendo que em seu seio se entrelaça toda a sorte de forças políticas.

Zermeño (2002), falando sobre as formas de participação cidadã na cidade do México, desenha as distintas lógicas – do governo, da administração, dos partidos políticos, da iniciativa privada, da polícia, do aparato jurídico, das eleições – "frente aos quais a lógica do empoderamento cidadão tem que se bater".

Pode ser uma sugestão interessante e um exercício pedagógico o entendimento dos mecanismos que regem as distintas lógicas dessas instâncias como forma, até, de compreender os interesses que se negociam nas lutas dos movimentos populares e das comunidades e de construir parâmetros para o estabelecimento de colaborações e alianças, divergências e conflitos.

Paoli e Telles (2000, p. 106; 124), analisando os diversos mecanismos recentes de participação e interlocução pública, alertam que a democracia depende da construção das "regras do jogo" e, lembrando Habermas, explicam que tais regras são construídas pela mediação de espaços públicos onde circulam os argumentos a respeito do que é reivindicado, onde se explicitam as diferenças e contradições na disputa de interesses e são negociadas as questões pertinentes a uma regulação pública na esfera da lei e das instituições. Falas estas que legitimam a importância dos movimentos sociais ao constituírem arenas públicas nas quais as demandas coletivas por direitos, equidade e justiça são explicitadas e avaliadas por critérios que ali vão se estabelecendo.

Nestes tempos atuais o estímulo à construção e fortalecimento de espaços públicos democráticos parece uma direção necessária.

O desenrolar do projeto encontrou um acolhimento quanto às propostas de articulação das organizações e lideranças mais atuantes, tanto para aprofundar o conhecimento sobre os diagnósticos das condições existentes no distrito, como para debater sobre as formas mais eficazes de sua mobilização para a negociação de demandas da comunidade, mas esse é ainda o início de um longo caminho a percorrer.

A reivindicação mais clara é sobre a necessidade de capacitação como forma de impulsionar sua articulação e melhor formular as propostas referentes às condições de vida e aos direitos de cidadania. Em grande parte, sugere-se que essas lideranças tentem, principalmente, compreender esta conjuntura extremamente complexa que parece ser um problema de todos nós.

A construção de uma participação cidadã tem pela frente um longo caminho a seguir, pois depende de como cria sua própria representação, de maneira mais organizada e articulada, e como se prepara para exercer este papel representativo, atuando com independência e autonomia diante do Estado.

Desdobramentos

A realização e a sistematização desta pesquisa-ação ajudaram a desenharmos um panorama de como se encontram as organizações e movimentos sociais atualmente no distrito do Grajaú. Dentre os diversos aspectos presentes neste panorama, destacamos alguns, a seguir.

Ao mesmo tempo em que estas organizações e movimentos sociais identificam uma lista dos problemas existentes no distrito, ainda têm dificuldade em construir uma articulação entre si. Grande parte das ações seguem sendo realizadas isoladamente.

Um outro aspecto constatado é que, embora o atual governo municipal tenha instituído diversos canais de participação, falta ao governo atualizar o fluxo de informações para o conjunto das organizações, e que estas informações cheguem em tempo hábil. No que se refere às lideranças, é fundamental que se promova um processo que torne sua atuação mais qualificada em uma agenda de negociação com o poder público.

A pesquisa-ação realizada, as reuniões e talvez as muitas perguntas que as lideranças se fazem neste processo foram delineando um caminho que tem levado à formação de um Fórum Autônomo das Organizações, Movimentos Sociais e Moradores do Grajaú. Este Fórum tem se reunido mensalmente e se propõe a constituir um espaço para troca de informações e experiências, para formulação de reivindicações e para debate quanto às formas mais eficazes de mobilização em prol das demandas da comunidade por melhorias nas condições de vida e acesso aos direitos de cidadãos. Desta maneira, os integrantes do Fórum esperam atuar de forma mais propositiva nos diálogos e negociações com o poder público em torno dessas reivindicações.

Mas este caminho, que começa a ser delineado, é ainda tênue. Aponta, simultaneamente, para duas questões: por um lado, a necessidade de preparar as lideranças para uma atuação mais qualificada nas temáticas identificadas como problemas do distrito (acesso a educação e saúde, situação de áreas de mananciais, regularização da situação de moradia, equipamentos básicos, Plano Diretor); e, por outro, a necessidade de prepará-las no que se refere às formas de participação e de representação (atuação em plenárias, fóruns, conselhos gestores nos diversos segmentos). Para responder a estas necessidades, desta-

ca-se a importância de elaborar e realizar cursos, palestras, produção de cartilhas, etc., que sejam utilizados como instrumentos de formação e capacitação.

Um outro aspecto também presente entre as preocupações das lideranças do Grajaú é a realização de atividades que promovam a economia solidária, que gerem emprego e renda. Uma das formas de promover estas atividades é garantindo o acesso a conhecimentos específicos (legais, administrativos, contábeis) sobre associações e organizações populares. Estas atividades tanto poderão ser acionadas por ONGs como por outras instituições que atuem neste campo. Para estas e outras parcerias, pode-se contar, inclusive, com a colaboração de lideranças locais, que podem atuar como multiplicadores das atividades formativas.

Quanto aos jovens e adolescentes do Grajaú, constata-se, por um lado, um grande interesse em participar ao mesmo tempo em que relutam em se agregar ao Fórum. Por outro lado, diversas associações têm aberto espaço para a realização de encontros e cursos de capoeira, música, hip hop, além de promover seminários sobre temáticas do interesse dos jovens. Nestas atividades está presente também a preocupação social. Ou seja, atividades como encontros culturais, "sarau" de poesia, teatro, música, oficinas abordando temáticas como gênero, etnias, diversidade cultural brasileira, sexo e prevenção, gravidez na adolescência, geração de emprego e renda, e tantas outras, se encaminhadas de acordo com o interesse e a compreensão dos jovens e adolescentes, podem se caracterizar como os espaços de participação que eles buscam. Assim, o foco de atividades com os jovens é o cultural, que se irradia para todos os aspectos.

Bibliografia

- ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (org.). (2000). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos : novas leituras*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- AMARAL, A. A. C. (2002). *Educação na cidade de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Pólis, PUC-SP. (Observatório dos Direitos do Cidadão).
- BATISTA, M. V. (coord.) (2002). *Crianças e adolescentes na cidade de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Pólis, PUC-SP. (Observatório dos Direitos do Cidadão).
- CARVALHO, M. do C. A. A. (1998). *Participação social no Brasil hoje*. São Paulo: Polis. Papers, nov.
- DAGNINO, E. (org.) (2002). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.
- FREITAS, J. C.; SAUL, A. M.; SILVA, A. F. G. *Educação na Cidade de São Paulo (1989-2000)*. 2. ed. São Paulo: Pólis, PUC-SP. (Observatório dos Direitos do Cidadão).
- JUNQUEIRA, V. *Saúde na cidade de São Paulo (1989-2000)*. São Paulo: Pólis, PUC-SP, 2002. (Observatório dos Direitos do Cidadão).
- MANUAL do Rio Tietê. (1997). São Paulo: SOS Mata Atlântica.
- NEDER, C. A. P. (2001). *Participação e gestão pública: a experiência dos movimentos populares de saúde no município de São Paulo*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Médicas, Unicamp. Campinas.
- NOVAES, R. (2002). Hip-Hop: O que há de novo? In: *Perspectivas de gênero: debates e questões para as ONGs*. Recife: GT Gênero – Plataforma de Contrapartes, Novib, SOS Corpo Gênero e Cidadania.
- OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. (org.) (1999). *Os sentidos da democracia – políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: NEDIS, Rio de Janeiro: Vozes, Brasília: NEDIS.
- PAOLI, M. C. (2002). *Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil*. In: SANTOS, B. de S. (org.) *Democratizar a democracia*. Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- PAOLI, M. C.; TELLES, V. S. (2002). *Direitos sociais. Conflitos e negociações no Brasil Contemporâneo*. In: ALVAREZ, S. E, DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (org.) *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- SANTOS, B. de S. (org.) (2002). *Democratizar a democracia*. Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SPOSATI, A. (coord.) *Mapa da exclusão/inclusão social na cidade de São Paulo* – Dinâmica social dos anos 90. São Paulo: NEPSAS, PUC-SP, Instituto Polis. (Cd-room).

VILLAS BOAS, R. (1995). *São Paulo: conflitos e negociações na disputa pela cidade*. São Paulo: Pólis. (Publicações Pólis, 23).

USTEDES que construyen ciudad. (1998). Consorcio Mesa de Trabajo. Instituto Popular de Capacitación (IPC). Corporación de Promoción Popular. (Relatorio). Medellín, abr.

ZERMEÑO, S. (2002). Seminário regional sobre marcos de participação cidadã em governos locais. São Paulo: Polis. (Paper).

Bibliografia sobre metodologia

ARCHER, D.; GOTTINGHAM, S. (1997). Manual matriz Reflect. Alfabetização freireana regenerada através de técnicas de potencialização comunitária. Trad. Ken Hansen e Olívia Mariquele. Maputo: ActionAid.

BRANDÃO, C. R. (org.) (1984). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense.

THIOLLENT, M. (1990a). *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Pólis.

_____. (1980b). Pesquisa-ação no campo da comunicação política. *Comunicação e Sociedade*, v. 4, p. 63-79.

_____. (1986). *Metodologia da pesquisa-ação*. 2. ed. São Paulo: Cortez.

Relação das organizações comunitárias

- 1 - A Mão Cooperadora – Obras Sociais e Educacionais
Rua Prof. Francisco Marques de Oliveira, 151
Tel. 3441-8646 / 5933 3982
- 2 - Ação Social de Apoio aos Moradores do Cantinho do Céu e Adjacências
Rua Francisco Inácio Iolano, 61 – Cantinho do Céu
Tel. 5931-9319 / 5933-2094
- 3 - Ação Social Lar da Criança e do Adolescente. Parque Recanto Cocaia
Rua Manuel Pla, 155
Tel. 5931-0072 / 5933-7014
- 4 - ACEAM – Associação Cultural, Educacional e Ambiental da Região Interlagos
Av. Teresa Faria Isassi, 354, sala 2 – Jd. Lucélia
Tel. 5528-0543
- 5 - AMAI – Associação dos Moradores da Vila Arco-Íris
Rua Giulia Rinieri, 1200
Tel. 5528-1822
- 6 - AMIB – Associação dos Moradores da Ilha do Bororé
Rua Alice Cândida Silveira, 12 – Ilha do Bororé
Tel. 5974-2034
- 7 - Associação Comunitária Conselheiros da Paz
Rua Isabel Aguiar de Campos, 377
Tel. 5973-0393 / 5939 0839
- 8 - Associação Comunitária Jardim Novo Horizonte
Rua da Sereia, 17 – Jd. Novo Horizonte
Tel. 5526-8126
- 9 - Associação Comunitária. Novo Marilda e Adjacências
Rua Rio da Aldeia, 8, J. Novo Marilda
Tel. 5527 0839
- 10 - Associação Cultural Corrente Libertadora
Rua Mazzini Rubano, 215 – Parque Grajaú
Tel. 5929-3094 / 9709-9896
- 11 - Associação Cultural e Comunitária- JD Alcântara II.
Rua Rio Vitorino, 5 – J. Alcântara II
Tel. 5938-1070
- 12 - Associação das Famílias do JD das Gaivotas
Rua Charles Rosur – Trav. Bahia, 14
Tel. 5593-4452

- 13 - Associação de Bairro Pq. Grajaú Castro Alves e Sta Bárbara
Rua Domingos Rinaldeli, 1707 – Jd. Castro Alves
Tel. 5661-1317
- 14 - Associação de Defesa Moradia Recanto Cocaia
Rua Manuel Pla, 570
Tel. 5931-0313
- 15 - Associação de Moradores Comunidade Nova Esperança
Rua Gal. José Correia, 4 – Viela da Paz, Chácara Cocaia
Tel. 5527-3148
- 16 - Associação de Moradores do Condomínio Jequiritiba
Rua São Francisco, 34-B – Jd. Jequiritiba
Tel. 5931-3994
- 17 - Associação de Moradores da V. Nascente
R. Vinte e Seis de Abril, 117
Tel. 5932-7617
- 18 - Associação de Moradores do Parque Residencial Palmares
Rua Oito, 145
Tel. 5929-6107
- 19 - Associação de Moradores Favela JD. Três Corações
Rua Tenente Odilon Raposo, 45 –Jd. Três Corações
Tel. 3497-1786 / 5976-0117
- 20 - Associação de Moradores Jardim Belcito
Rua Cel João Cabana, 1A
Tel. 5929-5018
- 21 - Associação de Moradores Jardim Monte Verde
Rua Melo Alves, 8 – Jd. Monte Verde
Tel. 5933-2593
- 22 - Associação de Mulheres do Jardim Colibri
Rua Cel. João Cabana, 1-A – Jd.Colibri
Tel. 3499-6510
- 23 - Associação dos Expostos/Intoxicados por Mercúrio Metal
Rua Álvaro Paes Leme, 69 – Res. Cocaia
Tel. 5528-0890
- 24 - Associação dos Idosos da Zona Sul – Rosa de Sharon (JD. Itajaí)
Rua Penélope, 32 – Jd. Itajaí
Tel. 5527-5526
- 25 - Associação dos Moradores da Vila Narcisa
Rua João da Costa Moreira, 62A – Jd. Eliana
Tel. 5931-7304
- 26 - Associação dos Moradores do Bairro Chácara Cocaia e Adjacências
Rua Prof. Haroldo Nogueira, 18
Tel. 5527-1502

- 27 - Associação dos Moradores do JD das Pedras
Estr. Barro Branco, 40b/ 46-A
Tel. 5676-7466
- 28 - Associação dos Moradores Jardim Zilda
Rua Sandara, 22 - Jd. Zilda
Tel. 5526-7084
- 29 - Associação dos Sem Casas da Zona Sul
Rua Sidônio Apolinário, 41 - Jd.Santa Fé
Tel. 5526-2996/5526-5417 - 9405 5272
- 30 - Associação Morar e Preservar (Fase 1)
Av. Ana Felícia Mendes, 1 - Chácara do Conde
Tel. 552623300/ Fax 5527-1420
Corresp. Rua Porfírio de Casa, 507, Jd. Sta. Fé
- 31 - Associação O Canto da Criança do JD Lucélia
Rua Marcos Plenciz, 81 - Jd. Lucélia
Tel. 5931-9518
- 32 - Casa da Cultura Grajau
Av. Belmira Marin, 2620 - Grajaú
Tel. 5971-1913
- 33 - Centro Comunitário N. Sra. Fátima - Associação União Beneficente
das Irmãs de S.Vicente de Paula
R.São Lucas, 98
Tel. 5528-0686
- 34 - Centro Espírita Caboclo Ranca Touco
Rua Cedalião, 170 - Jd. Itajaí
Tel. 5527-5126
- 35 - Centro Promoção Social Bororé
Av. Gal Golbery de Couto e Silva, s/n - Lucélia
- 36 - Centro de Promoção Social São Caetano Thiene
Rua Breno Bersa, Jd. Almeida Prado
Tel. 5525-7955
- 37 - Centro Social São Simão dos Moradores do Grande Varginha e
Marilda
Rua Eryin Fuhrmann, 34b - Varginha
Tel. 5938-0013
- 38 - CEVALE- Centro de Divulgação e Valorização da Leitura
Av. Rosália Iannini Conde, 272 - Pq. América
Tel. 5972-0108
- 39 - CIBRAN-Ação Social Celina/Brandina do Cocaia
Rua Portunhos, 61 Cocaia
Tel.9862-7058 // 3452-0542
- 40 - GRBL Flor Imperial (Escola de Samba) - Cibran

- 41 - Clube de Mães do Jd. S. Pedro e JD. Lucélia
Rua da Paz, 71 – Jd. Novo Jaú
Tel. 5933-0451
- 42 - Esquadrão VDP
Rua Juvenal Gonzales, 273 – Jd. Santa Fé
Tel. 5527-6364
- 43 - Gapan – Grupo Ambientalista de Px Amadores da Natureza
Avenida Belmira Marin, 461 – Parque Das Nações
Tel. 5971-0765// 5972-0538
- 44 - Grupo HIP HOP – 2H Pretos Loucos
Rua Agostinho Martins, 6 – Jd. Borba Gato
- 45 - Lar Altair Martins
Avenida Dona Belmira Marin, 3411 Grajaú
Tel. 5528-1918
- 46 - Meninas da Sensala
Rua Antonio Felipe Filho, 17
Tel. 9809-9389
- 47 - Molekada XXI
Rua Simão dos Santos Bonfim, 13 – Jd. Varginha
Tel. 5927-4576
- 48 - Projeto Anchieta – Grupo Itápolis de Ação e Reintegração Social
Rua Alziro Pinheiro Magalhães, 580 – Jd. Belcito
Tel. 5931-7556.
- 49 - Sociedade Amigos B. Reiberg
Rua Masazo Yoshimoto, 13
Tel. 5973-6422
- 50 - Sociedade Amigos Chácara Cocaia
Rua General José Correia, 8 – Chácara Cocaia
Tel. 5526-9046
- 51 - Sociedade Amigos da Vila Santa Francisca Cabrine
Rua Aureliano de Bernett, 21 – V. Sta. Francisca
Tel. 5971-3566
- 52 - Sociedade Amigos do Bairro Jd. Mirna
Rua Dr. Juvenal Hudson Ferreira,
(Rua Aurelio Aureli, 25 – Jd. Mirna)
- 53 - Sociedade Amigos do Bairro Jd. Reimberg
Rua Alba Valdez, 3 – Jardim Reimberg
Tel. 5939-0021
- 54 - Sociedade Amigos do Bairro Auryverde
Rua Angelo Antonelli, 12 – Jd. Aury Verde
Tel. 5526-4260 / 5538-1539

- 55 - Sociedade Amigos do Bairro Chácara Santo Amaro
Av. Kaio Okamoto, 467
Tel. 5921-8516
- 56 - Sociedade Amigos do Bairro Jd. Itajaí e Jd. Belcito
Rua Cedalion, 300 Jd. – Itajaí
Tel. 3451-3122
- 57 - Sociedade Amigos do Bairro Jd. Noronha
Rua Manoel Hidalgo, 200 – Jd. Noronha
Tel.5932-6412/ 5932-8348
- 58 - Sociedade Amigos do Bairro Jd. Novo Horizonte e Jd. Monte Alegre
Rua Desfile, 42, Fundos – Jd. Novo Horizonte
Tel. 5938-2611
- 59 - Sociedade Amigos do Bairro Parque S. Paulo
Rua Pedro Marceneiro, 19-A – Parque São Paulo
(Rua Puerto da Paz, 18 – P. São José)
- 60 - Sociedade Amigos do Bairro Residencial Cocaia e Associação dos
Moradores Cipamar – Bororé
Rua Demas Zito, 525
Tel. 5933-1588/82
- 61 - Sociedade Amigos Unidos do Jd. Três Corações
Rua Alzira Pinheiros Magalhães, 198 – Jd. Três Corações
Tel. 5967-0380/ 9704-3882
- 62 - Sociedade Comunitária do Parque Cocaia
Rua Santo Antonio de Ossela, 475
Tel. 5528-6107
- 63 - Sociedade de Moradores Jardim Ideal
Rua dos Boiadeiros, 25
Tel. 5976-3027 / 5687-4122
- 64 - Sociedade de Moradores Jardim das Gaivotas
Av. São Paulo, 700 – Jd. Gaivotas
Tel. 5932-6099
- 65 - Sociedade de Moradores Pq. Recanto Cocaia
Tr. Cravo Bem Temperado, 408 – P. Rec.Cocaia
Tel. 5931 5569
- 66 - União Moradores Comunidade 7 Setembro
Rua Ezequiel Lopes Cardoso,333 -
Tel. 5925 4015 (Ver Jd. São Bernardo)
Tel.5924-1081/ 5925-4015
- 67 - União Social Moradores Jd.Almeida Prado/7 Setembro
Rua Marco Aurélio Marciana, 127 – Jd. Sete de Setembro
Tel. 3498-7678



PÓLIS

INSTITUTO DE ESTUDOS,
FORMAÇÃO E ASSESSORIA
EM POLÍTICAS SOCIAIS

Rua Araújo, 124 - Centro - CEP 01220-020 - São Paulo - SP
telefone: 0xx11 3258.6121 - fax: 0xx11 3258.3260
endereço eletrônico: polis@polis.org.br - sítio na internet: www.polis.org.br

Diretoria: Jane Casella, Nelson Saule Jr. (presidente), Silvio Caccia Bava, Veronika Paulics.

Equipe Técnica: Ana Claudia Chaves Teixeira, Anna Luiza Salles Souto, Bianca Santos, Christiane Costa, Edie Pinheiro, Eduardo de Lima Caldas, Gabriela Lotta, Hamilton José Barreto de Faria, Jane Casella, João Nassif, Jorge Kayano, José Carlos Vaz, José César Magalhães Jr., Juliana Lordello Sicoli, Kazuo Nakano, Maria do Carmo Alves Albuquerque, Maria Elisabeth Grimberg, Mirian Lozano, Nelson Saule Jr., Nilde Balcão, Osmar de Paula Leite, Paula Freire Santoro, Pedro Pontual, Renato Cymbalista, Ruth Simão Paulino, Silvio Caccia Bava, Stela Ferreira, Tatiana Maranhão, Veronika Paulics, Vilma Barban.

Equipe Administrativa: Antonio Vicente de Amorim Filho, Benedita Aparecida Alegre de Oliveira, Fabiana Maria da Silva, Gisele Balestra, João Carlos Ignácio, Maria Josete Pereira da Silva, Maria Salete Pereira da Silva, Melania Alves, Messias Pinto, Patrícia Gaturamo, Rosângela Maria da Silva Gomes, Viviane Cosme Chaves.

Estagiários: Clarissa Costa de Oliveira, Daniel Ho, Diego Franco, Iara Rolnik, Luiz Sertório Teixeira, Mariana Marques, Patrícia Cardoso, Paula Pollini, Tania Masseli, Thais Cattel, Thais Ricardo, Vanessa Souza, Weber Sutti.

Conselho de Administração: Ana Amélia da Silva, Ana Luiza Salles Souto, Aziz Ab.Saber, Francisco de Oliveira, Hamilton Faria, Heloísa Helena Canto Nogueira, Jane Casella, José Carlos Vaz, Ladislau Dowbor, Marco Antonio de Almeida, Maria Elisabeth Grimberg, Marta Esteves de Almeida Gil, Nelson Saule Jr., Osmar de Paula Leite, Paulo Augusto de Oliveira Itacarambi, Peter Spink, Silvio Caccia Bava, Tereza Bolda, Vera da Silva Telles, Veronika Paulics.

O **INSTITUTO PÓLIS** é uma entidade civil, sem fins lucrativos, apartidária e pluralista fundada em junho de 1987. Seu objetivo é a reflexão sobre o urbano e a intervenção na esfera pública das cidades, contribuindo assim para a radicalização democrática da sociedade, a melhoria da qualidade de vida e a ampliação dos direitos de cidadania.

Sua linha de publicações visa contribuir para o debate sobre estudos e pesquisas sobre a questão urbana. Volta-se para o subsídio das ações e reflexões de múltiplos atores sociais que hoje produzem e pensam as cidades sob a ótica dos valores democráticos de igualdade, liberdade, justiça social e equilíbrio ecológico. Tem como público os movimentos e entidades populares, ONGs, entidades de defesa dos direitos humanos, meios acadêmicos, centros de estudos e pesquisas urbanas, sindicatos, prefeituras e órgãos formuladores de políticas sociais, parlamentares comprometidos com interesses populares.

A temática das publicações refere-se aos campos de conhecimento que o **INSTITUTO PÓLIS** definiu como prioritários em sua atuação:

Desenvolvimento Local e Gestão Municipal – democratização da gestão, descentralização política, reforma urbana, experiências de poder local, políticas públicas, estudos comparados de gestão, indicadores sociais.

Democratização do Poder Local e Construção da Cidadania – lutas sociais urbanas, conselhos populares, mecanismos juridico-institucionais de participação, direitos de cidadania.

Sustentabilidade, Cultura e Qualidade de Vida – desenvolvimento cultural, políticas culturais, programas de combate à fome, políticas de segurança alimentar, saneamento ambiental, políticas ambientais.

Estes campos de conhecimento são trabalhados na dimensão local e apresentam três linhas de trabalho como referencial analítico: a discussão sobre a qualidade de vida, a busca de experiências inovadoras e a formulação de novos paradigmas para a abordagem da questão urbana e local.

Para isso, o **INSTITUTO PÓLIS**, além das publicações, realiza seminários, cursos, workshops, debates, vídeos, pesquisas acadêmicas e aplicadas. Possui uma equipe de profissionais habilitados para responder às exigências técnicas e às demandas próprias para a formulação de um projeto democrático e sustentável de gestão pública.

publicações pólis

- 01 Reforma Urbana e o Direito à Cidade (Esgotada)
- 02 Cortiços em São Paulo: o Problema e suas Alternativas (Esgotada)
- 03 Ambiente Urbano e Qualidade de Vida
- 04 Mutirão e Auto-Gestão em São Paulo: uma Experiência de Construção de Casas Populares
- 05 Lages: um jeito de governar
- 06 Prefeitura de Fortaleza: Administração Popular 1986/88
- 07 Moradores de Rua
- 08 Estudos de Gestão: Ronda Alta e São João do Triunfo
- 09 Experiências Inovadoras de Gestão Municipal
- 10 A Cidade faz a sua Constituição
- 11 Estudos de Gestão: Icapuí e Janduís
- 12 Experiências de Gestão Cultural Democrática
- 13 As Reivindicações Populares e a Constituição
- 14 A Participação Popular nos Governos Locais (Esgotada)
- 15 Urbanização de Favelas: Duas Experiências em Construção
- 16 O Futuro das Cidades (Esgotada)
- 17 Projeto Cultural para um Governo Sustentável (Esgotada)
- 18 Santos: O Desafio de Ser Governo
- 19 Revitalização de Centros Urbanos
- 20 Moradia e Cidadania: Um Debate em Movimento
- 21 Como Reconhecer um Bom Governo?
- 22 Cultura, Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano (Esgotada)
- 23 São Paulo: Conflitos e Negociações na Disputa pela Cidade
- 24 50 Dicas – Idéias para a Ação Municipal (Esgotada)
- 25 Desenvolvimento Local – Geração de Emprego e Renda
- 26 São Paulo: a Cidade e seu Governo – O olhar do Cidadão
- 27 Políticas Públicas para o Manejo do Solo Urbano: Experiências e Possibilidades
- 28 Cidadania Cultural em São Paulo 1989/92: Leituras de uma Política Pública
- 29 Instrumentos Urbanísticos contra a Exclusão Social
- 30 Programas de Renda Mínima no Brasil: Impactos e Potencialidades
- 31 Coleta Seletiva: Reciclando Materiais, Reciclando Valores (Esgotada)
- 32 Regulação Urbanística e Exclusão Territorial
- 33 Desenvolver-se com Arte
- 34 Orçamento Participativo no ABC: Mauá, Ribeirão Pires e Santo André
- 35 Jovens: Políticas Públicas – Mercado de Trabalho
- 36 Desenvolvimento Cultural e Planos de Governo
- 37 Conselhos Gestores de Políticas Públicas
- 38 Diretrizes para uma Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
- 39 Gênero e Raça nas Políticas Públicas

- 40 Aspectos Econômicos de Experiências de Desenvolvimento Local
- 41 O Reencantamento do Mundo: Arte e Identidade Cultural na Construção de um Mundo Solidário
- 42 Segurança Alimentar e Inclusão Social : A escola na promoção da saúde infantil

outras publicações

Ordenamento Jurídico: Inimigo Declarado ou Aliado Incompreendido?

Alternativas Contra a Fome

Poder Local, Participação Popular e Construção da Cidadania

Para quê Participação Popular nos Governos Locais?

Democratização do Orçamento Público e os Desafios do Legislativo

Os Desafios da Gestão Municipal Democrática

Direito à Cidade e Meio Ambiente

Falas em Torno do Lixo

125 Dicas - Idéias para a Ação Municipal

Guia do Estatuto da Cidade

Novos Contornos da Gestão Local: Conceitos em Construção

Monitoramento e Avaliação do Empoderamento

Cadernos de Proposições para o Século XXI

Série Desafios da Gestão Municipal Democrática

Sére Observatório dos Direitos do Cidadão

Cadernos Pólis

Pólis Papers

para adquirir esta e outras publicações do pólis

Procure o setor de publicações do Instituto Pólis no telefone (0xx11) 3258.6121 ramal 256 ou pelo correio eletrônico: publicacoes@polis.org.br

